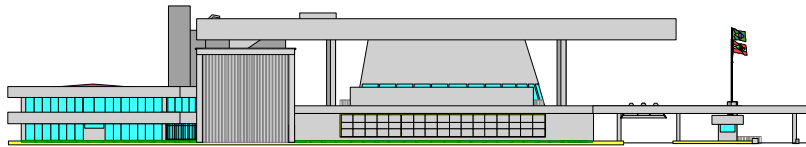


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 17 DE FEVEREIRO DE 2009

NÚMERO 5.997

16ª Legislatura  
3ª Sessão Legislativa

**MESA**

Jorginho Mello  
**PRESIDENTE**

Gelson Merísio  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada De Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Herneus de Nadal

**PARTIDOS POLÍTICOS**

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA  
BRASILEIRO**

Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**

Líder: Cesar Souza Junior

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Altair Guidi

**PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO**

Líder: Professora Odete de Jesus

DEPUTADOS ESTADUAIS

LÍCIOMAURO DA SILVEIRA (PP)

CESAR SOUZA JUNIOR (DEM)

KENNEDY NUNES (PP)

DARCI DE MATOS (DEM)

SILVIO DREVECK (PP)

GELSON MERÍSIO (DEM)

JOARES PONTICELLI (PP)

JEAN KUHLMANN (DEM)

RENO CARAMORI (PP)

JULIO GARCIA (DEM)

VALMIR COMIN (PP)

ANA PAULA LIMA (PT)

ANTÔNIO AGUIAR (PMDB)

JAILSON LIMA (PT)

ADHERBAL DEBACABRAL (PMDB)

DÉCIO GOES (PT)

EDISON ANDRINO (PMDB)

PEDRO BALDISSERA (PT)

ELIZEU MATTOS (PMDB)

PEDRO UCZAI (PT)

GENÉSIO GOULART (PMDB)

DIRCEU DRESCH (PT)

HERNEUS DE NADAL (PMDB)

ADA DE LUCA (PMDB)

SARGENTO AMAURI SOARES (PDT)

MANOEL MOTA (PMDB)

DAGOMAR CARNEIRO (PDT)

MOACIR SOPELSA (PMDB)

ROGÉRIO MENDONÇA (PMDB)

NARCIZO PARISOTTO (PTB)

ROMILDO TITON (PMDB)

RENATO HINNIG (PMDB)

Profª ODETE DE JESUS (PRB)

JORGINHO MELLO (PSDB)

NILSON GONÇALVES (PSDB)

ALTAIR GUIDI (PPS)

JOSÉ NATAL PEREIRA (PSDB)

GIANCARLO TOMELIN (PSDB)

SERAFIN VENZON (PSDB)

MARCOS VIEIRA (PSDB)

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 1997**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 006ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 17/02/2009.....2  
Ata da 002ª Sessão  
Extraordinária da 16ª realizada  
em 17/02/2009.....8

**Atos da Mesa**

Atos da Mesa DI.....15  
Atos da Mesa.....15

**Publicações Diversas**

Aviso de Licitação.....15  
Extratos.....15  
Ofícios.....16  
Portarias.....16  
Projetos de Lei.....17  
Projetos de Lei Complementar ....  
.....19  
Projeto de Resolução.....20  
Redação Final.....20

**PLENÁRIO**

# ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Hemeus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sílvio Dreveck - Valmir Comin.

**SUMÁRIO****Breves Comunicações**

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** - Aborda o tema proposto na Campanha da Fraternidade deste ano, Fraternidade e Segurança Pública.  
**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** - Discorre sobre a sua proposta de mudança de horário de abertura das agências bancárias; aborda o aumento da criminalidade na região da Grande Florianópolis.  
**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Tece considerações sobre o aumento do salário mínimo; manifesta-se sobre sua indicação para prorrogar o pagamento do Simples Nacional para microempresas atingidas pelas enchentes; fala da sua indicação para equiparar as alíquotas do ICMS no estado com as do Rio Grande do Sul.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Aborda o Projeto de Lei n. 0347/08, que redefine a demarcação do Parque da Serra do Tabuleiro.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** (aparte) - Externa seu apoio à votação do Projeto de Lei n. 0347/08.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Refere-se ao Projeto de Lei n. 0347/08, que redefine o mosaico de unidades de conservação da Serra do Tabuleiro.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (aparte) - Presta esclarecimentos com relação à votação do Projeto de Lei n. 0347/08.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Reporta-se à necessidade de ser aperfeiçoado o Projeto de Lei n. 0347/08.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Discorre sobre o Projeto de Lei n. 0347/08, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

**DEPUTADO SÍLVIO DREVECK** - Aborda visita da bancada do PP aos municípios atingidos pelas enchentes.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Refere-se à entrevista do senador Jarbas Vasconcelos à revista *Veja*.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (pela ordem) - Registra a presença do vereador Almir Colombo.

**DEPUTADA ADA DE LUCA** - Comenta a visita aos Emirados Árabes.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (aparte) - Aborda a visita aos Emirados Árabes.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** - Refere-se ao projeto do Parque da Serra do Tabuleiro.

**Ordem do Dia**

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Aborda o Projeto de Resolução n. 0002/2009, que trata da criação e da regularização da comissão de Pesca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente.

(Passa a ler.)

"ATO DA MESA Nº 010-DL, de 2009.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Sérgio Grando, 1º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS -, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento de Deputado Altair Guidi, indicado para ocupar o cargo de Secretário de Estado do Planejamento.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 17 de fevereiro de 2009.

(a) Deputado Jorginho Mello - Presidente "[sic]

Passaremos às Breves Comunicações.

Esta Presidência, antes de dar a palavra ao primeiro orador inscrito, faz o registro de todas as pessoas que se encontram aqui acompanhando o PL n. 0347/2008 que este Parlamento está discutindo, o qual será votado no dia 4 de março, conforme acordo de lideranças feito na semana passada.

Sintam-se bem aqui na Casa do Povo, que recebe todos vocês para que possam acompanhar os nossos trabalhos.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, comunidade que nos acompanha aqui presente e também aqueles nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, gostaria de aproveitar este momento das Breves Comunicações para trazer presente o tema que é proposto, para reflexão, na Campanha da Fraternidade deste ano, Fraternidade e Segurança Pública. Dentro desse grande tema, a igreja propõe o lema da reflexão inspirada no livro do profeta Isaías, 32:17, Paz é Fruto da Justiça.

É um tema extremamente oportuno para o debate, para a reflexão, neste momento conjuntural que se vive na sociedade brasileira, quando se discutem várias e várias vezes a questão da segurança do cidadão e da cidadã, e ao mesmo tempo também relaciona o acesso à Justiça.

O que poderíamos dizer é que milhões e milhões de cidadãs e de cidadãos brasileiros vêem os seus direitos não contemplados e não garantidos. Só estão garantidos, sim, na Carta Magna, na Constituição, mas na prática estão violados pelas estruturas impostas por uma sociedade que não coloca no centro do debate e da discussão a vida do ser humano, a pessoa como centro de tudo.

Muitas e muitas vezes o próprio ser humano é explorado e não passa pelo processo de inclusão e de respeito à sua dignidade como ser humano. Por isso, é colocado esse tema no momento em que a sociedade está mergulhada em muitas formas de violência, desde a violência física, até a psicológica, social, humana e também a violência cultural.

É preciso reencontrar um sentido para a vida de todos os seres humanos, porque não pode existir paz em uma sociedade que está mergulhada e alicerçada por estruturas injustas, em que não se pode alimentar a paz, porque a paz é fruto da justiça. E é nesse aspecto um dos grandes gestos concretos da campanha, que vai propor para o debate e a reflexão um compromisso a ser assumido pelo estado de Santa Catarina, no sentido de garantir a Defensoria Pública e através dela garantir o acesso à Justiça a todos os seres humanos.

Santa Catarina é o único estado da federação que não tem a Defensoria Pública; todos os outros estados a possuem, está constituída, mas o nosso estado, infelizmente, não conseguiu avançar nesse aspecto. Se temos a Defensoria Dativa, foi uma forma que se encontrou de terceirizar a Defensoria Pública. Mas é preciso que o estado de Santa Catarina avance e implemente na prática a Defensoria Pública, no sentido de garantir, para aqueles que têm menos condições, o direito da defesa e do acesso à Justiça. É

preciso que isso se implemente e que isso se garanta, porque é sem dúvida nenhuma do poder estatal esse dever, essa obrigação, e é um direito de todo cidadão e de toda cidadã. E por vários momentos já trouxemos aqui, em outros espaços ocupados, esse debate e essa reflexão.

Já existem vários segmentos da sociedade que há tempo vêm discutindo, debatendo, organizando-se, estruturando-se, para dar corpo, visibilidade e a necessidade da implementação da Defensoria Pública no estado de Santa Catarina como uma forma de garantir o direito da defesa ao cidadão e à cidadã, que muitas vezes vêem seus direitos violados, esquecidos, abandonados. E automaticamente, quando não se garante o acesso à Justiça, não se pode falar de justiça.

Isaías coloca no 32:17 que a paz é fruto da justiça. E uma sociedade que não vive o processo da justiça não pode viver a sua paz, porque a paz é fruto da justiça.

Portanto, fica aqui, no dia de hoje, que antecede a semana do grande lançamento nacional Fraternidade e Segurança Pública, que traz como lema a paz fruto da justiça, o registro do desejo de que possamos também aos poucos nos revestir desse pensamento. E que nós, juntos, como cidadãos e cidadãs, possamos contribuir para garantir o acesso à Justiça a todos os cidadãos e cidadãs.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, sra. deputada Ada De Luca, integrantes da Mesa, demais srs. deputados, amigos que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, imprensa falada, escrita e televisada, eu gostaria de cumprimentar as nossas taquígrafas, essas heroínas que não deixam escapar uma vírgula, um pingo, que registram tudo; quero também cumprimentar todos os amigos, os visitantes que estão aqui cumprindo o seu papel. E por estarem aqui, quero parabenizá-los, porque o cidadão sai de suas casas, de suas comunidades e vem para este casarão onde se faz e modificam-se leis.

Estamos aqui a serviço da população, estamos aqui para servir. Por isso fomos eleitos, fomos nomeados para poder cumprir o nosso papel de legisladores, de fiscalizadores do dinheiro público, com muita dignidade, com muita responsabilidade.

Quando o presidente deputado Jorginho Mello cumprimentou todos os senhores e as senhoras e disse que a votação será após o feriado de Carnaval, nós, líderes, levamos o pleito de vocês. Fui uma das que abriam a boca e falaram que a população quer que passemos a discutir na comissão de Economia e Meio Ambiente. E o presidente cedeu. E aí nós pudemos adiar a votação. A votação não será hoje; será depois de discutirmos na comissão de Economia e Meio Ambiente.

Agora, quero falar sobre um tema importante. Ontem, eu estava na fila do Besc, no Estreito. Era uma fila quilométrica. E estava um calor insuportável. Inclusive, estavam pessoas doentes na fila, esperando para serem atendidas. Foi quando encontrei um funcionário, o sr. Hipólito. O nome dele estava escrito no seu crachá.

Eu estava na fila porque, apesar de ser uma mulher pública, também tenho que pagar as contas, tenho que enfrentar filas. E aí, sr. presidente, deputado Jorginho Mello,

olha a proposta de um homem que me reconheceu (porque o topete é a marca, não tem quem não me conheça): "A senhora tem que nos ajudar". Então, já passei a mão no meu bloquinho e anotei o nome dele, sr. Adilson Vilela, que agora está-nos assistindo na sua residência. E ele sugeriu que os bancos deveriam começar a atender mais cedo, porque 10h para o trabalhador é tarde, o sol já está queimando muito forte, e quem quer progredir tem que tocar o barco, não pode esmorecer.

Aconteceu essa sugestão ontem e eu já a protocolei nesta Casa. Inclusive, daqui a pouco v.exa. irá ler na Ordem do Dia a minha indicação no sentido de levar essa proposta ao governo do estado, Luiz Henrique da Silveira. Inclusive, eu mesma posso questionar no governo federal. Vamos incomodar porque somos vice. Ou seja, José de Alencar é vice-presidente e é do meu partido. E vamos sugerir que o Banco Central e a Federação Brasileira de Bancos antecipem o horário de abertura das agências bancárias para atendimento ao público.

Estou cumprindo o meu papel, porque temos que facilitar a vida da população que trabalha. As donas de casa saem pela manhã para resolver os problemas, mas precisam voltar para fazer a alimentação, preparar os filhos para a escola. Então, a vida é muito dinâmica, é muita atividade, e a antecipação do horário nos bancos vai melhorar muito a vida da população.

Hoje estou dividindo o meu tempo em três temas. Já falei do tema da serra do Tabuleiro, já falei nos bancos e agora vou falar sobre uma matéria importante que li no jornal, uma matéria do nosso colega deputado Lício Mauro da Silveira, no *Diário Catarinense*, na última sexta-feira, dia 13, em que ele salienta o aumento da criminalidade na região da Grande Florianópolis.

Realmente temos acompanhado essa questão e sabemos que ela merece uma maior atenção por parte dos órgãos governamentais. É claro que a região faz parte do Brasil. E os crimes e a violência infelizmente vêm crescendo. Mas não se pode imaginar que se pretenda uma ilha de tranquilidade no meio de tantos problemas.

Essa é uma matéria importante e acho que os srs. deputados devem dar uma analisada. Inclusive fala sobre as mortes, sobre a segurança. Fala, também, deputada Ada De Luca, da Lei Maria da Penha, relatando várias ocorrências: marido preso após mulher denunciar agressões pensa em vingança, e assim por diante. É uma matéria bem importante, é uma matéria boa.

Quero parabenizar o deputado Lício Mauro da Silveira, que salientou, na matéria, que deveria haver o Centro de Referência da Mulher em Santa Catarina.

Eu quero dizer a v.exas. que protocolei um projeto que autoriza o governo do estado de Santa Catarina a criar o Centro de Referência da Mulher e dá outras providências. Nós protocolamos, mas não tivemos sucesso. Ele tramitou nas comissões, veio a plenário e não obtivemos sucesso.

Eu quero responder ao deputado Lício Mauro da Silveira que sou uma deputada perseverante, quando não obtenho sucesso com um projeto, eu volto a protocolá-lo. E estarei protocolando-o novamente. Irei voltar com esse tema em outra oportunidade, pois o meu tempo está-se esgotando.

Quero agradecer a v.exa., sr. presidente, deputado Jorginho Mello, aos demais srs. deputados, a esse público que nos acompanha, e dizer que amanhã estarei dando continuidade a esse assunto.

Muito obrigada!  
(Manifestações das galerias)  
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público que nos visita hoje e que com certeza estão com a expectativa, com o sonho de ver a questão do Parque da Serra do Tabuleiro resolvida. Esta Casa certamente está pronta para contribuir. O presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente, deputado Décio Góes, está extremamente empenhado para ver essa questão resolvida.

Mas vou falar de um fato com grande repercussão, ontem e hoje, na imprensa nacional, que está ocorrendo, ou seja, o aumento, deputada Professora Odete de Jesus, de R\$ 50,00 no salário mínimo nacional, que injeta R\$ 14 bilhões na nossa economia, neste momento. É um recurso importante para contribuir com os setores que estão passando por dificuldades, principalmente o setor da alimentação, porque assim que o povo recebe o seu salário, ele vai comprar comida. A primeira compra que faz o nosso assalariado brasileiro é de alimentos.

O presidente Lula e o governo federal acertam quando dão condições ao povo de comprar mais, comer melhor, consumir mais, pois isso movimenta a nossa economia, diminui o impacto no país dessa crise que afeta o mundo todo e que não foi construída pelos brasileiros. Essa crise foi construída pela especulação financeira internacional. Os grandes grupos econômicos não aplicaram o seu dinheiro, os seus recursos na produção e acabaram por criar uma crise financeira que não estava na nossa previsão.

O Brasil estava num momento muito importante de crescimento e de desenvolvimento, e agora vive um momento também complicado pelo impacto dessa crise internacional. Essa crise, aqui em Santa Catarina, vem atingindo fortemente alguns setores, principalmente o setor de exportação.

Então, é muito acertada essa decisão do governo, neste início de ano, de aumentar o salário dos trabalhadores para que possam continuar comprando alimentos, comendo carne, tomando leite, já que isso movimenta a nossa economia, fazendo-a crescer.

Vários especialistas, vários economistas falam sobre isso e dizem que o grande acerto deste governo é justamente melhorar a renda dos trabalhadores, aumentando o salário, pois são 60 milhões de brasileiros que sentem o impacto do aumento salarial na sua renda e que vão, com certeza, a partir do mês que vem, ter uma condição de vida melhor.

Então, queremos registrar isso e estamos também muito gratos pelo atendimento do comitê gestor do Simples Nacional, que de pronto atendeu a indicação deste deputado no sentido de prorrogar o pagamento do Simples Nacional para as pequenas e microempresas atingidas pelas enchentes em Santa Catarina. Tivemos um pronto atendimento desta Casa com relação à indicação enviada para o comitê gestor, para o ministério da Fazenda. Tivemos um retorno positivo, pois conseguimos prorrogar por 90 dias o pagamento dos impostos das nossas micro e pequenas empresas que foram atingidas pela enchente. Foi um pedido muito importante, era uma reivindicação muito grande das nossas micro e pequenas empresas que foi atendida.

Por último, gostaria de dizer que hoje estamos dando entrada nesta Casa a uma indicação a ser encaminhada ao governo do estado. Estivemos à procura de várias associações comerciais e industriais do nosso estado por causa da incrível guerra fiscal que há entre os estados. Estamos fazendo a reivindicação de que o estado de Santa Catarina possa rever algumas taxas, alguns impostos que baixaram em alguns estados.

Não estamos dizendo com isso que o nosso estado tenha que baixar as tarifas de saída de produtos de Santa Catarina para outros estados, mas queremos que o estado faça um estudo sobre o impacto que isso tem sobre as nossas empresas, ou seja, quando seus produtos passam pela divisa do estado, seja Rio Grande do Sul ou Paraná.

Então, estamos apresentando, hoje, uma indicação, nesta Casa, para que o estado, através da secretaria da Fazenda, faça um estudo desses impactos na economia catarinense para sabermos quais os prejuízos que isso pode trazer às nossas empresas, principalmente às pequenas e médias empresas do estado de Santa Catarina.

Pedimos, então, a compreensão de todos os deputados para que depois, na Ordem do Dia, possamos debater e aprovar essa indicação a ser enviada ao governo do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nós estamos vendo aqui, hoje, mais uma manifestação democrática, espontânea de pessoas que verdadeiramente têm interesse nessa causa, de pessoas que há mais de 30 anos esperam por uma solução. Nós tínhamos o compromisso de votar o projeto já no final do ano passado, mas, por força de pessoas que pouco conhecem a área, por força de gente importada, de gente que não tem nada a ver com a região, de gente que não conhece o sofrimento de tantos que estão aqui, de novo não vamos votar.

(Manifestações das galerias)

Os interesses que estão por trás desse movimento contrário não estão claros. Só sei que a mentira começa a imperar. Até porto estão, de forma mentirosa, colocando em rio; prédios estão sendo edificadas na cabeça de alguns que devem ter interesses obscuros nesse negócio.

(Manifestações das galerias)

Interesses obscuros de ONGs, talvez algumas daquelas ONGs que figuram como ilícitas; de dinheiro público mal aplicado neste país. Essa que é a verdade! Interesses obscuros, que não são desse povo que está esperando há mais de 30 anos pela solução. Que não são desse povo!

Eu estou acompanhando essa luta, deputado Pedro Baldissera, há muito tempo. Acompanhei...

(Manifestações das galerias)

Sr. presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello)(Faz soar a campanha) - Por favor! Eu gostaria que todas as pessoas ouvissem todos os deputados, tanto os que estão a favor como os que estão contra. É uma Casa democrática! Podem aplaudir quando quiserem ou criticar, mas gostaria que todos os deputados fossem ouvidos. Queria pedir essa gentileza a todos os senhores.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, sr. presidente!

Só para todos ouvirem, porque medo dessas manifestações articuladas por ONGs interessadas em outras coisas, eu não tenho não! Eu estou do lado do povo! Eu estou do lado do povo de Palhoça, de Santo Amaro da Imperatriz, de Garopaba, da população que vive lá, não de gente importada, não de gente que mal sabe onde ficam esses municípios, não de gente articulada por outros interesses!

O que nós precisamos...

(Manifestações das galerias)

Sr. presidente, parece que a turma contratada para agitar não me vai deixar falar mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello)(Faz soar a campanha) - Por gentileza! Deputado, v.exa. tem a palavra assegurada e peço que todas as pessoas colaborem com a Presidência, com esta Casa, para que a sessão possa transcorrer normalmente!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, muito obrigado!

Agora, sr. presidente, antes que essas mentiras avancem, antes que comecem a contratar mais gente não sei de onde para tumultuar um processo que foi construído democraticamente, quero pedir que os prazos estabelecidos nesta Casa sejam respeitados. Essa matéria, deputado Marcos Vieira, estava acordada para ser votada em dezembro; de dezembro veio para fevereiro e agora passou para março.

Sr. presidente, seja qual for a decisão, esta Casa, no dia 4 de março, tem que votar. Qualquer um pode ter o direito à manifestação, todos têm o direito ao voto democrático, cada um tem responsabilidade sobre os seus atos aqui e está medindo as consequências.

O que nós precisamos, deputada Ada De Luca, é votar antes que prosperem os devaneios, as mentiras, os arranha-céus e portos, que na cabeça maldosa de alguns começam a ser disseminados para esse povo que espera há muito tempo.

Mas eu só espero, sr. presidente...

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello)(Faz soar a campanha) - Por gentileza! Por gentileza! Prossiga, deputado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Veja v.exa. que o povo humilde e trabalhador que espera há 34 anos está quieto. Os contratados para bagunçar não respeitam! Essa é a verdade dos fatos!

Por isso, quero agradecer a educação dos que sofrem, dos que esperam há 34 anos pela solução. Esses eu quero cumprimentar, porque estão aqui de forma legítima, e quero homenageá-los, em nome do grande deputado Vânio dos Santos, que faz falta nesta Casa e que nos ajudou muito a chegar a este momento. Pena que o processo tenha sido desvirtuado e muitos estejam sendo enganados!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Eminentíssimo deputado Joares Ponticelli, hoje pela manhã, ainda, numa estação de rádio da Grande Florianópolis, dizia que sou manezinho da Grande Florianópolis, que conheço a nossa terra como a palma da minha mão. Agora, não podemos conceber que há mais de 33 anos 30 mil famílias não detenham ainda em definitivo a posse de suas propriedades.

(Manifestações das galerias)

Este Parlamento, com certeza absoluta, com o apoio soberano - quero crer e faço um apelo - dos 40 srs. deputados e das sras. deputadas, haverá de resgatar a cidadania do povo da Grande Florianópolis, dando-lhe, dando a vocês, a quem conhecemos, as condições de ter, com dignidade, as suas famílias devidamente constituídas nas suas propriedades, que foram adquiridas com o seu dinheiro.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

Eu quero pedir desculpas a vocês que estão há 33, 32, 30, 20, dez, cinco anos, há tanto tempo esperando. Esperem mais um pouquinho só, pois no dia 4 de março será o nosso encontro. Nesse dia os votos serão colocados aqui na tela. E no dia 4 de março votaremos sem medo de ameaça, de acusações, de desrespeito, como estamos enfrentando aqui, porque nós estamos ao lado de quem vive lá, de quem espera há mais de 30 anos...

(Manifestações das galerias)

Vamos estar aqui para lutar pelo direito soberano à propriedade e pela dignidade de tantos que já se foram, de tantos que lutaram uma vida inteira e morreram sem alcançar o seu sonho. Agora, não nos intimidamos. Não são alguns integrantes de ONGs suspeitas que nos vão ameaçar e intimidar.

Um abraço! Coragem na luta!

(Manifestações das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, quero convidar...

(Manifestações das galerias)

Muito obrigado, muito obrigado!

Com a palavra o próximo orador, deputado Décio Góes, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Srs. deputados, senhoras e senhores, toda a comunidade que vem aqui nos visitar no dia de hoje, eu penso que é um momento importante, de participação, de reflexão, e o nosso papel aqui, como Parlamento, é o de promover a conciliação, o diálogo, o debate e não instigar a diferença.

Eu acho que nós estamos discutindo um tema, sr. presidente, em que todos têm razão, pois 33 anos, 35 anos esperando a solução de um programa é inconcebível. Não há argumentação para isso. O único que não tem razão aqui é o governo do estado, que está há 35 anos devendo o plano de manejo, a implantação efetiva do parque, a regularização das terras do parque, as indenizações das terras do parque, uma estrutura de gestão adequada para poder fazer a gestão do parque.

Então, há 33 anos estamos esperando por essa estrutura que o estado não deu, e a comunidade reagiu, e reagiu muito bem, a partir de 2006, com o movimento de recategorização.

Este Parlamento, através do Fórum Parlamentar encabeçado e iniciado pelo deputado Vânio dos Santos, tinha toda uma programação que seria concluída agora com a remarcação do parque, para depois avançarmos para outras soluções. Mas isso está sendo atropelado.

E não é verdade que essa tortura de 33 anos tem data para acabar no dia 4 de março, porque são mais cinco anos para fazer o plano de manejo, porque há inconstitucionalidades na elaboração dessa lei e ela vai acabar no Judiciário.

(Manifestações das galerias)

E aí nós estamos enganando a população e não podemos fazer isso! Para se ter uma idéia, nem as plantas do limite do parque, deputado Pedro Uczai, vieram nessa lei! Eu, que sou arquiteto, não sei conferir as coordenadas no projeto; não existe responsável técnico, não se sabe como é que foi produzido.

(Manifestações das galerias)

Então, não podemos enganar a população. Está previsto que o fundo vai ser alimentado pelo Fundo Nacional de Compensação, mas esse fundo não existe.

Nós temos, portanto, vários problemas na lei que precisam ser superados para termos um diálogo franco, correto, sincero e honesto com a população.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Parabéns, deputado Décio Góes! De fato a nossa bancada está muito tranquila para resolver esse problema. Nós estamos prontos para decidir essa questão e entendemos que este Parlamento tem essa responsabilidade.

Agora, só quero esclarecer uma questão levantada pelo deputado Joares Ponticelli, no sentido de que nós fizemos um acordo de líderes, na primeira semana, junto com o presidente, de não votarmos hoje, mas, sim, no dia 4, que é a data limite para votar, e todas as bancadas têm esse acordo. Então, temos duas semanas para decidir e fazer as emendas necessárias; caso contrário, não vamos avançar nada. Essa disposição todas as bancadas têm!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero parabenizar v.exa., porque nós precisamos democratizar esse processo e temos responsabilidade ética, moral e política com o futuro das nossas regiões.

Lamento o discurso do deputado Joares Ponticelli, porque quis colocar a platéia em disputa, quando disse que a votação de hoje foi jogada para o dia 4. Mas o próprio líder da bancada concordou em fazer a votação no dia 4!

Portanto, foi acordo de lideranças e ninguém vai atrasar votação nenhuma. Quem está querendo construir aqui um projeto sério, decente e competente, não pode achar possível votar essa lei da forma como está, pois ela precisa ser aperfeiçoada e precisa haver responsabilidade com o desenvolvimento.

Sr. presidente, quando ouço, já nos corredores, especulações imobiliárias para comprar dos pequenos porque agora será legalizado, temos que nos preocupar, sim, com o futuro dos pequenos que está em jogo nessa votação.

Parabéns, deputado Décio Góes!

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, ao invés de colocar uma comunidade contra outra, nós precisamos uni-las, porque vão viver a vida juntos, são vizinhos, são parentes, são amigos e não podem ficar um contra o outro. Nós temos a responsabilidade de achar uma solução, e a solução é restabelecer o diálogo.

O governador estipulou o grupo de mediação formado pelo presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera, pela SDR, pela Fatma, pelo grupo Floripa Amanhã, pelo grupo da recategorização e por esta Casa. E esse grupo pode encontrar a solução que nós todos desejamos, mas precisamos continuar o diálogo. Este é o nosso apelo, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, público que nos acompanham nesta sessão, especialmente aquelas pessoas que vieram da região afetada ou que têm interesse no Projeto de Lei n. 0347, da Pinheira, da Guarda do Embaú, de Moretes, de Garopaba, da Palhoça e do vale do Maciambú que estão envolvidas.

Temos discutido aqui esse projeto. Ele não foi votado no ano passado porque não tinha prazo regimental. O prazo regimental venceu no dia 5 de fevereiro, data que poderia ter sido votado e não foi por inércia. É preciso ser dito dessa forma.

Na semana passada, houve uma reunião com os nove líderes, dos nove partidos representados nesta Casa, coordenada pelo presidente da Assembléia Legislativa, quando se decidiu na quarta-feira passada, por volta do meio-dia, que a votação desse projeto será feita no dia 4 de março.

Portanto, não há golpe. Se alguém disse lá fora que havia golpe, postergação ou intenção de não votar, aí, sim, mentiu, porque todos os partidos concordaram em votar no dia 4 de março. Isso precisa ser esclarecido para a população que aqui veio.

(Manifestações das galerias.)

O que defendemos nesta Casa é que esse projeto precisa ser analisado e compreendido profundamente pela população que reside naquela região. As pessoas vivem lá há anos! Sim, há pessoas que nasceram lá, o pai e mãe também nasceram e que estão aqui conversando, tentando entender o que está acontecendo! Essas pessoas têm todo o direito de defender o que pensam, o que querem e o que acham que é melhor para aquela região e para o Parque da Serra do Tabuleiro.

Esta Assembléia Legislativa, ao invés de contribuir para ofuscar o debate com os 40 deputados representando o povo catarinense: ao invés de contribuir para que o debate não se esclareça, criando ainda mais confusão ao invés de esclarecimentos, tem obrigação de sentar e ouvir as pessoas que lá residem durante todo esse tempo, e não ficar criando fantasmas para somar aplausos, votos e talvez alguma outra coisa.

(Manifestações das galerias)

Nós estamos 100% à disposição de conversar com cada uma das comunidades, de discutir o projeto com as pessoas que lá moram, para chegarmos a um consenso sobre o que é melhor para aquela comunidade. É só nos chamar! Mas o que não estamos à disposição é de ser massa de manobra de um projeto enviado para cá a toque de caixa - e é preciso que todas as comunidades entendam -, engavetando o projeto que vocês discutiram. O projeto que as comunidades discutiram foi engavetado e o que veio para cá no segundo semestre do ano passado, em outubro, a toque de caixa, foi outro projeto com interesses econômicos por trás.

(Manifestações das galerias.)

Nós estamos 100% à disposição e votaremos aqui aquilo que a maioria da população da região afetada decidir. O que não estamos à disposição é de interesses outros, de grupos econômicos que pretendem ganhar dinheiro usando a boa vontade das pessoas. Não estamos à disposição da exploração imobiliária!

(Manifestações das galerias.)

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que me trás a esta tribuna, é uma visita técnica que a nossa bancada do Partido Progressista, constituída pelos deputados Joares Ponticelli, Kennedy Nunes, Reno Caramori, Valmir Comin e Lício Mauro da Silveira, fizemos aos municípios que foram atingidos por essa calamidade pública que aconteceu em Santa Catarina. O nosso objetivo foi fazer um diagnóstico de como se encontram esses municípios na reconstrução na saúde, na educação, na agricultura e no sistema viário.

Visitamos apenas dois municípios no dia de ontem, que foi Ilhota e Itajaí. Obviamente que nós vamos continuar esse trabalho visitando os demais municípios, deputado Pedro Baldissera, mas a constatação que nós fizemos, segundo informações dos prefeitos, vereadores e lideranças desses municípios é que passou a primeira fase, ou seja, a fase emergencial. Agora, chegou a segunda parte, a da reconstrução, mas nessa etapa, lamentavelmente, pouco ou quase nada de recursos tem-se destinado a esses municípios. A começar pelo município de Ilhota, onde proporcionalmente ocorreu o maior número de vítimas em relação aos demais municípios. Dos recursos repassados até o momento, o governo federal repassou ao município de Ilhota na ordem de R\$ 1 milhão do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde.

No entanto, ainda não foram repassados recursos para habitação, educação, recuperação do sistema viário, para os agricultores, para as famílias que estão lá ainda que são em número de 160 famílias, sem a mínima condição, em primeiro lugar de ter um local para morar e em segundo lugar de não ter a oportunidade de trabalho, porque são famílias que perderam suas propriedades, o seu sustento na agricultura e que não têm a mínima capacidade de ingressar em um novo trabalho na área urbana, porque a sua condição técnica assim não permite. E nessa mesma ordem o governo federal repassou aproximadamente R\$ 80 milhões ao estado, deputado Pedro Uczai, essas são as informações que obtivemos.

Srs. deputados, segundo nossas lideranças locais, o governo do estado ainda não repassou os recursos advindos do governo federal para os municípios, para recuperar as unidades de saúde, as escolas e o sistema viário. A morosidade tem feito com que esses municípios continuem pleiteando, reivindicando, mas, infelizmente, não estão obtendo êxito.

Não é diferente no município de Itajaí, onde o maior problema se encontra na infra-estrutura da macrodrenagem. Mais de R\$ 30 milhões serão necessários para recuperar aquele município. As unidades de saúde estão sem a minha condição de atender à população. Muitas escolas ainda não iniciaram as aulas, por conta do estrago feito pela catástrofe. E mais uma vez, recursos apenas do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, aqui do município.

O dinheiro das doações da população brasileira, através da Defesa Civil, até o momento, nós só tivemos conhecimento apenas do que foi aprovado pela Assembléia, deputada Ada De Luca, do Programa Reação. Dinheiro do Tesouro do estado, se é que está sendo destinado, a população não tem conhecimento! É necessário agilidade! Entendemos que a burocracia emperra muitas vezes a vontade do administrador. Nós não podemos permitir que em uma situação de emergência não se possa encontrar mecanismos para liberar recursos para municípios iniciarem a sua recuperação.

Para se ter uma idéia, o porto de Itajaí, que é uma grande alavanca da economia catarinense e da receita municipal, está começando hoje a fase de contratos assinados para iniciar a operação; aliado a isso a receita de Itajaí, fazendo o comparativo de Janeiro de 2008 com Janeiro de 2009, teve uma redução de aproximadamente 35%.

Srs. deputados e sras. deputadas, é por isso que nós temos o dever e a obrigação aqui neste Parlamento de fazer com que essas reivindicações sejam agilizadas para que os nossos municípios atingidos possam ter uma recuperação mais rápida, mais breve, não só por conta da economia, mas também para recuperar a dignidade da população catarinense atingida nesses municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

(Pausa)

Não havendo deputados do Democratas que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, companheiros deputados que se encontram no plenário, é importante ter claro que a sociedade participativa amadurece o debate e faz com que esta Casa pondere mais na hora da votação. Nós sabemos que desse mato ainda vai sair muito morcego, por isso temos que ter clareza, na hora das votações e dos debates, nessas questões ambientais como um todo e o Código Ambiental.

E, como deputado do Partido dos Trabalhadores, cabe ressaltar aqui, na data de hoje, um pouco do depoimento do senador Jarbas Vasconcelos, em que ele faz questionamentos em relação à postura do PMDB em nível nacional e coloca o Partido dos Trabalhadores no mesmo cenário.

Sabemos que o PMDB tem sido uma confederação de partidos neste país e de interesses fisiológicos de determinadas circunstâncias, que acabam estando sempre em qualquer govern<sup>o</sup>. Mas nós temos claro que em nível nacional o governo Lula imprimiu outro ritmo de administração para este país, observando, debatendo, independentemente das conseqüências, de forma cristalina, cada assunto pertinente ao povo brasileiro, passando pelas questões ambientais, pelas reservas legais, passando pela inclusão social.

Quando o senador Jarbas Vasconcelos, que foi duas vezes governador, disse que o Programa Bolsa Família, deputado Silvio Dreveck, é um programa de compra de votos, é um programa de desenvolvimento de inclusão de renda, que tirou milhões de famílias da miséria, ele esqueceu que aquele povo do interior de Pernambuco sequer comia antes do nosso presidente da República! Dizer que o nosso governo Lula é um governo fisiológico é não entender a consistência econômica do país diante da crise internacional! A própria Fiesc prevê para 2010 um crescimento para o Brasil de 3.5%. E ontem a Petrobras, que estava sendo privatizada e vendida no governo anterior a preço vil, estava anunciando investimentos de mais de R\$ 600 bilhões neste país para 2009 e 2010, em que R\$ 450 bilhões serão destinados à região sudeste, incluindo Santa Catarina na prospecção de petróleo e gás.

Nós estamos vendo o nosso governo ampliar o salário desemprego num momento de crise, quando os processos neoliberais colocam nas costas da sociedade, a mais necessitada, a responsabilidade sobre o que não produziu.

E aí o que vemos é a Oposição, nesse cenário político, dizendo que o governo só está fazendo campanha para Dilma Rousseff, nossa grande ministra do PAC. Queremos agradecer à Oposição, neste momento, porque quem não conhecia a Dilma Rousseff está passando a conhecê-la, está passando a ver que essa mulher tem colocado o Brasil nos trilhos do desenvolvimento econômico e das grandes obras públicas deste país de infra-estrutura e de geração de renda.

O nosso presidente Lula, no encontro com os prefeitos, pediu a eles que acelerassem as obras do PAC. E aí eu quero pedir aqui aos deputados do DEM que peçam ao prefeito de Blumenau que gaste os R\$ 10 milhões do PAC que estão na Caixa Econômica Federal e que não estão sendo gastos, porque recursos estão vindo.

Eu quero dizer que essa preocupação demasiada com a Dilma Rousseff, a nossa ministra da Casa Civil, está começando a se fazer necessária, porque estão preocupados com o fato de que já chegaram aos dois dígitos, como se nos mandatos anteriores eles não promoviam os seus candidatos! Se a ministra está trabalhando e fazendo jus ao seu salário, Dilma Rousseff neles!

Não há alternativa para nós, é a dose certa para este país, é uma dose sem efeitos colaterais, porque já está mostrando resultados na economia deste Brasil.

Por isso, senador Jarbas Passarinho, o nosso partido não é igual ao seu. Eu o considero um político ético, sim, mas neste momento tenho que contestar, porque nem todos os políticos são iguais, e o PMDB também tem muita gente boa, deputado Moacir Sopelsa; não dá para dizer que a maioria é corrupta. Grande parte dele neste país, sim, mas eu acho que mais de 50% está do purgatório para cima. Esta é a realidade. Então, não dá para colocarmos todos no mesmo balaio, isso tem que ficar claro.

Este governo que temos no Brasil foi considerado, segundo a revista *News Week*, o décimo oitavo mais importante do mundo no ano passado. O seu Fernando Henrique Cardoso nunca ficou entre os 50. E esse metalúrgico que faz universidade, que faz escola pública, que investe em saúde, que mudou um contexto dinâmico e administrativo, mostra claramente que o Brasil tem comando neste momento.

Agora, uma das coisas que temos clara é que quando somos do partido do governo nós defendemos o governo, diferente do que eu vi nas entrevistas em Rio do Sul hoje, por parte do DEM, no encontro que fizeram recentemente, onde diziam em que parte do desenvolvimento da região do planalto serrano e não sei mais onde faltava investimento do governo por falta de prioridades. Ou estão no governo ou não estão! Nós, quando estamos, assumimos. Então, temos que ter essa clareza.

E vamos, neste plenário, assumir claramente, como membro do Partido dos Trabalhadores, o debate sobre o Código Florestal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, eu quero, com muita alegria, com muita satisfação, registrar a presença, nesta Casa, do nosso querido amigo vereador Almir Colombo, lá do município de Monte Carlo, que está desde ontem na nossa capital tratando de assunto referente aquele município para melhorar as condições de administração do prefeito e da Câmara de Vereadores.

Quero parabenizá-lo pelo início de uma ação empreendedora em favor do seu município e das pessoas.

Então, é uma satisfação poder receber nesta Casa o nosso querido e popular Colombo.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra a sra. deputada Ada De Luca, por até 16 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Excelentíssimo presidente, sr. deputado Gelson Merísio, sras. deputadas e srs. parlamentares, público que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL.

(Passa a ler.)

"Em companhia dos nossos deputados Marcos Vieira e Darci de Matos, participei da comitiva de ilustres catarinenses que visitou, na semana passada, os Emirados Árabes, liderados pelo governador Luiz Henrique da Silveira.

Quem esteve atento às reiteradas manifestações do excelentíssimo sr. governador ao longo dos seus mandatos, não haverá de se surpreender quando sua excelência trata da questão do turismo como eixo fundamental do seu governo.

Tal qual Dom Quixote, o visionário governador Luiz Henrique sonha com Santa Catarina sendo um dos grandes eixos do turismo mundial.

De acordo com sua excelência, nosso estado tem tudo para se transformar no maior e melhor pólo turístico da América do Sul, bastando para isso saber tratar e equilibrar o desenvolvimento sobre a ocupação de espaços com inteligência e racionalidade, de forma a atrair investimentos para o setor disponíveis, srs. deputados, em diversos países ávidos por empregar suas economias em empreendimentos seguros e de bom retorno.

Em Dubai e Abu Dhabi a comitiva catarinense, entre outros participantes, teve a prestigiosa presença também da senadora Ideli Salvatti e do nobre senador Neuto De Conto.

Nas inúmeras audiências e contatos efetuados - foram realizadas de 15 a 16 reuniões em apenas cinco dias, e os deputados que para lá foram não me deixam mentir -, tais como com o ministro das Finanças e Indústria, assim como com o Sultão Ahmed Bin Sulayem, que dirige a empresa administradora do maior porto artificial do mundo localizado em Dubai, ficou claro ao governador Luiz Henrique da Silveira que seu grupo permanece interessado em investir no Brasil e quiçá em Santa Catarina.

A comitiva catarinense também se reuniu com a diretoria da Emirates, empresa aérea estatal do país.

O presidente da companhia e ministro da Aviação Civil também confirmou participação no encontro anual do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, o WTTC, em maio, aqui na capital.

O ministro do Turismo de Abu Dhabi também confirmou sua presença no encontro anual do Conselho Mundial de Turismo e Viagens, durante a reunião da comitiva catarinense.

A delegação catarinense foi muito bem recebida pelo eminente embaixador brasileiro nos Emirados Árabes, sr. Raul Campos e Castro, e esteve em diversas empresas de energia e de desenvolvimento turístico, todas controladas pela família real.

O governador Luiz Henrique da Silveira apresentou e discorreu sobre as potencialidades catarinenses para investimentos semelhantes aos que pudemos ver nas visitas àquelas cidades".

Pudemos sentir, e isso era público e notório, que na hora em que toda a comitiva estava sentada e reunida naquela enorme mesa junto com *sheiks* ou com outras autoridades e se passava o vídeo da nossa ilha de Santa Catarina, até a musculatura e o sorriso deles mudava. Foi impressionante a receptividade.

(Continua lendo.)

"Por onde passamos, não apenas tivemos a preocupação constante, como já falei, de divulgar Santa Catarina procurando atrair investidores, como também pudemos verificar *in loco* como os governos locais estão tratando de ocupar e estender os espaços sobre tudo que é marítimo destinado a empreendimentos que o turismo exige.

Essa forma audaciosa de alongar as praias e desenvolver a cidade sempre olhando para o mar e tendo nas costas o imenso deserto que aos poucos vem sendo ocupado pelas tamareiras e olivais, com o verde substituindo o solo branco e arenoso, sendo que até em alguns lugares, em função da natureza estar brotando, já há chuvas com mais frequência, deve ser encarada pelos catarinenses como um exemplo de procurarmos aqui efetuar o nosso desenvolvimento, mas sem as amarras atuais que nos impede de construir marinas, estação de esgoto, campos de golfe e tantas e tantas obras, essa visão obtusa e arcaica de alguns setores da nossa sociedade".

Isso nós temos que discutir e argumentar, para o desenvolvimento não somente do estado de Santa Catarina, porque desenvolvendo a parte turística nós estaremos gerando emprego e renda para o nosso povo.

(Continua lendo.)

"Inquestionavelmente a visita em Dubai teve como fundamento a tratativa de conhecer a experiência que a cidade teve ao realizar o 8º Congresso da WTTC, de forma a facilitar a nós catarinenses de alcançarmos o sucesso que esperamos obter com a realização, aqui em Florianópolis, do próximo congresso da WTTC.

Esse evento que será o maior evento mundial de conagração do Trade Turístico Universal ocorrerá aqui, em maio próximo, e deverá atrair milhares de agentes de turismo, empreendedores, investidores, acadêmicos e estudiosos do setor.

Sem dúvida alguma, esse evento marcará uma nova fase para o turismo catarinense, e podem ter certeza, sr. parlamentares, que é fruto do trabalho e da dedicação do governador Luiz Henrique, é o sonho se transformando em realidade."

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigada, deputada Ada De Luca.

Desejo fazer objetivamente, neste momento, sra. deputada e srs. deputados, algumas observações que dizem respeito à nossa missão oficial a Dubai, aos Emirados Árabes, uma missão, conforme foi colocado pela deputada Ada De Luca, que certamente renderá excepcionais frutos a pequeno, médio e longo prazo. Uma missão dirigida e capitaneada pelo nosso grande governador Luiz Henrique da Silveira, que contou com a presença de diversas autoridades, como também de três deputados desta Casa.

E nessa missão o governador, como v.exa. bem colocou, além de fazer o convite oficial a diversas autoridades para participarem, em maio, do Fórum Mundial de Turismo em Santa Catarina, explicitou, falou sobre as potencialidades relevantes do nosso estado para o mundo árabe. As pessoas, as autoridades daquele país ficaram impressionadas com o potencial que o nosso estado tem e oferece.

Também quero dizer, deputada Ada De Luca, que ficamos impressionados com o que vimos numa região de deserto, onde a água consumida é toda dessalinizada; uma região com muitas dificuldades climáticas. Enfim, eles conseguiram estruturar uma cidade de maneira excepcional voltada para o turismo. É claro que Dubai está bem localizada estrategicamente, pois fica a cinco horas da Europa, a cinco horas da China, mais vai se constituir num grande centro turístico mundial e num grande centro logístico do nosso planeta.

Quero, portanto, encerrar somente lamentando o fato de termos ouvido do diretor da Companhia de Portos aquelas duas observações que fizeram a respeito do Brasil, que muito nos dói. Foi quando perguntaram o seguinte: por que não investir em Santa Catarina? E eles responderam dizendo: "Não investimos no Brasil ou investimos muito pouco no Brasil porque não confiamos, não nos sentimos seguros com as leis do seu país. Segundo, não investimos no Brasil porque o Brasil tem o custo mais elevado de investimento do nosso planeta." E aí eu faço a *mea culpa*. Mas todos nós precisamos empreender ações para que possamos, quem sabe, a médio e longo prazo, melhorar essa condição e trazer mais capital estrangeiro para o nosso país.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Obrigada, deputado Darci de Matos. E entrando no seu gancho, é importante dizer que lançamos a semente. E tenho certeza de que os nossos filhos e netos saberão muito bem um dia ainda dirigir este estado, este país sem termos tantos impedimentos e tantas leis que se transformam, no fim, num túnel de burocracia que atrasa bastante o progresso.

(Continua lendo.)

"Ressalto, sr. presidente, ao finalizar este pronunciamento, que Santa Catarina já começa a colher os frutos das árvores que o sr. governador vem plantando no solo catarinense adubado, sim, pela experiência colhida em diversas e diversas viagens, como essa da qual nós participamos. Já temos, sim, alguns irmãos árabes, alguns irmãos marroquinos querendo ou investindo em nosso estado. E é pensando grande que se chega a algum lugar. Já se pode avaliar os resultados e conferir ao sr. Luiz Henrique a consagração de todos quantos como ele se dedicam a fazer de Santa Catarina o maior e melhor destino turístico não só do Brasil, mas, eu tenho esperança, quiçá, de toda a América Latina."

Eu tenho certeza de que a inteligência do povo catarinense vai pensar mais alto, e nós haveremos de conquistar um grande turismo, de qualidade, para que possamos, aí sim, gerar emprego e renda ao nosso povo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Marcos Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, sras. e srs. telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero também aproveitar a oportunidade para cumprimentar todos os que aqui estão participando desta sessão e aguardando, evidentemente, com muito interesse e muita ansiedade, o desfecho daquilo que muitos de vocês estão esperando há mais de três décadas.

(Manifestação das galerias)

Quero cumprimentar os santamarenses, os palhocenses, aqueles que vieram de Garopaba, Paulo Lopes, Águas Mornas, todos aqueles que têm interesse na regularização em definitivo do Parque da Serra do Tabuleiro. E é sobre isso que vou falar.

(Manifestação das galerias)

Vou-me permitir falar com conhecimento de causa porque, até final de dezembro do ano passado, fui membro titular das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e da comissão de Agricultura e Política Rural desta Casa. E na comissão de Constituição e Justiça fui designado pelo eminente deputado Romildo Titon, presidente até então daquela comissão, para ser o relator da matéria que ora iniciava a sua tramitação nesta Casa.

(Manifestação das galerias)

Quem fazia parte da comissão de Constituição e Justiça, até o final de janeiro deste ano, quando da finalização de mais um período legislativo, eram os seguintes parlamentares: o próprio deputado Romildo Titon, presidente; eu, o deputado Marcos Vieira, na condição de vice-presidente e relator da matéria; os deputados Gelson Merísio, Herneus de Nadal, Joares Ponticelli, Narcizo Parisotto, Pedro Baldissera e Pedro Uczai.

Em razão da urgência da tramitação do referido projeto de lei, e não foi esta Casa que pediu o regime de urgência, foi o Poder Executivo, foi o governo do estado, que entendeu ser relevante a matéria, entendeu ser importante a matéria, e invocou a Constituição do estado, pedindo que a Assembléia Legislativa examinasse o projeto em 45 dias. É constitucional, a lei diz isso. E nós, para que nenhum deputado pudesse, lá na frente, alegar ignorância, alegar desconhecimento do projeto, convidamos as quatro comissões pertinentes para examinar o projeto, para fazer o exame da matéria de forma conjunta.

A comissão de Constituição e Justiça aceitou. A comissão de Finanças e Tributação aceitou. A comissão de Agricultura, presidida pelo eminente deputado Moacir Sopelsa, também aceitou examinar. Mas, infelizmente, a comissão do Meio Ambiente não quis participar. E nós respeitamos, porque se da mesma forma é constitucional o governo mandar para cá uma matéria e dizer que tem que ser examinada em regime de urgência, também cabe à Comissão de Mérito dizer que quer ter o seu tempo regimental e constitucional para examinar. E nós respeitamos.

Nós, então, de comum acordo, baixamos um calendário de tramitação nas três comissões, que foi: dia 27/11, distribuição da cópia do projeto de lei para todos os 40 senhores deputados desta Assembléia; dia 04/12, audiências públicas, uma às 14h, na cidade de Palhoça, e outra às 18h, na cidade de Santo

Amaro da Imperatriz; dia 05/12, prazo final para apresentação de emendas; dia 9/12, prazo final para que este relator pudesse apreciar o relatório. De 9/12 a 16/12 foi distribuído o relatório para todos os srs. deputados, para que pudessem ter tempo de examinar atentamente o relatório que eu acabara de fazer na comissão de Constituição e Justiça; dia 16/12, votação do relatório de forma conjunta nas três comissões, Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Agricultura. E dia 17 ele poderia estar pronto. Se a comissão do Meio Ambiente tivesse examinado o projeto, ele poderia estar pronto para votação.

Portanto, o projeto poderia ter sido votado já no ano passado. E já no ano passado nós teríamos regularizado a situação. Se esta Assembléia Legislativa tivesse deliberado...

(Manifestação das galerias)

Mas nunca é tarde! Nunca é tarde! E, com um pouco mais de paciência, queremos crer que no dia 04, finalmente, haveremos de votar o presente projeto de lei. A esmagadora maioria dos senhores deputados haveria de votar favoravelmente, para que esta Casa possa resgatar um direito histórico de todos aqueles que moram em Santo Amaro da Imperatriz, na cidade de Palhoça, na cidade de Garopaba, na cidade de Paulo Lopes, na cidade de Águas Mornas, em São Bonifácio.

(Manifestação das galerias)

O objetivo desta Casa é fazer com que cada um de vocês, que tem as suas propriedades, que moram com as suas famílias, possam dar a dignidade de um dia ostentar publicamente o direito de propriedade, dizendo "Esta propriedade é minha, é da minha família".

(Manifestação das galerias)

Esta Casa, soberanamente, vai decidir. Aliás, eu invoco o testemunho do deputado Edison Andriano, eu invoco o testemunho do deputado Joares Ponticelli, porque nas duas audiências públicas eu não vi, e quero ver quem tem coragem de me desmentir, eu não vi, nas duas audiências públicas, ninguém contra, somente favorável!

(Manifestação das galerias)

Com certeza absoluta, vocês que vieram aqui, vocês que deixaram as suas casas, vocês que vieram trabalhar em favor das suas famílias, vocês que vieram trabalhar em favor das suas propriedades, vocês que vieram trabalhar em favor das suas subsistências, porque muitos de vocês trabalham com a enxada, com a pá, com a picareta e plantam o alimento que nós comemos...

(Manifestação das galerias)

E como nós conhecemos a realidade da Grande Florianópolis, com certeza absoluta, esta Casa, como em outras oportunidades, saberá, de forma soberana, votar favoravelmente em favor de...

(Manifestação das galerias)

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência solicita às galerias que façam suas manifestações no momento oportuno. Esta Casa é democrática e todos são muito bem-vindos, até porque esse é um tema muito importante, que merece todo o debate. E assim será feito no período que foi destinado para tal, num acordo de líderes, havendo todo o tempo necessário para que a comissão de Turismo e Meio Ambiente volte e reabra o assunto que, regimentalmente, estava pronto para ser votado. Mas é muito bom quando há o consenso para que haja tempo e sejam tiradas todas as dúvidas necessárias.

O acordo de líderes está formatado. E o projeto será discutido e votado no próximo dia 04.

(Manifestação das galerias)

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0002/2009, de autoria da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, que altera os incisos III-A e IX-C da Resolução n. 002/2006.

Trata-se da criação e da regularização da comissão de Pesca, que foi criada e que precisa dessa votação para regularizar a sua tramitação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero enaltecer a iniciativa da Mesa Diretora desta Casa pelo fato de propor, e acabamos de aprovar, a criação dessa comissão de Pesca, que é de fundamental importância para a Assembléia Legislativa, mas, sobretudo, para Santa Catarina. São quase 40 mil pescadores artesanais no nosso estado que têm importância turística, mas mais do que isso, têm grande importância econômica porque geram postos de trabalho e aquecem a nossa economia. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 15h50min.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 15h50, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai -

Professora Odete de Jesus - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - (pela ordem) - Discorre sobre indicação de sua autoria com relação à renovação do prazo do convênio de prestação de serviço junto ao programa de identificação de bovinos e bubalinos.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Pede para subscrever a indicação de autoria do deputado Jean Kuhlmann, com relação aos serviços de disque-denúncia contra agressões ao meio ambiente.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Pede para subscrever a indicação do deputado Jean Kuhlmann com relação à divulgação do disque-denúncia contra agressões ao meio ambiente.



**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** - Discute moção de sua autoria sobre a antecipação do horário de abertura das agências bancárias.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Discute moção de sua autoria pedindo a elaboração de emenda no Orçamento Geral da União para atender à população de Ilhota.

Explicação Pessoal

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** - Aborda a necessidade de provas, quando se faz acusações a um partido; discorre sobre o Dia do Campo, realizado pela Copédia.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Cumprimenta o deputado Moacir Sopelsa por levantar o assunto da entrevista do senador Jarbas Vasconcelos.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (aparte) - Pede que o deputado Moacir Sopelsa represente a Frente Parlamentar do Cooperativismo no Dia do Campo, em Corcórdia.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (pela ordem) - Comunica o falecimento de Felipe Faria, filho do vice-prefeito de Canoinhas.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Aborda as denúncias do senador Jarbas Vasconcelos; fala da resposta do governo Lula à crise mundial.

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** - Discorre sobre as denúncias do senador Jarbas Vasconcelos.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Agrônômica, de Ituporanga e de Laurentino.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (pela ordem) - Registra o início do funcionamento da telefonia móvel em Rio do Campo.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Aborda a paralisação dos servidores da Segurança Pública em 2000.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** - Comenta palestra que será proferida por Fernando Henrique Cardoso sobre a crise mundial em Blumenau.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (aparte) - Comenta palestra feita por Fernando Henrique Cardoso em Caçador.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Reporta-se à abertura oficial da colheita da maçã em Fraiburgo.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Parabeniza o deputado Dagomar Carneiro pelo seu aniversário.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Deseja felicidades ao deputado Dagomar Carneiro pelo seu aniversário.

**DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL** (pela ordem) - Parabeniza o deputado Dagomar Carneiro pelo seu aniversário.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (pela ordem) - Deseja felicidades ao deputado Dagomar Carneiro pelo seu aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0002/2009.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0014/2009 e 0015/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0016/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch...

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, apenas quero justificar aqui a preocupação que nós estamos levantando pelo término do contrato, no dia 13, com a Cidasc, com o governo federal e com o ministério da Agricultura para fazer a identificação dos bovinos. A nossa preocupação é como continuar agora, já que se começou esse trabalho e encerrou o contrato. Os municípios estão telefonando para saber o que vai acontecer agora. Por isso, a pressão do estado ao repassar esse serviço às comissões municipais de agricultura.

Portanto, queremos uma posição do estado para ver como continuará a participação nesse processo de identificação dos bovinos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda serão encaminhadas ao destinatários as Indicações n.s: 0017/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0018/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0019/2009, de autoria da deputada Professora Odetete de Jesus; e 0020/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - A bancada do Partido dos Trabalhadores vota a favor desta Indicação, mas lembramos que é importante, além de receber essas denúncias, ter uma estrutura para tomar as providências, senão não tem sentido.

Em segundo lugar, também a população precisa ter um programa de educação ambiental para que se possa evitar as agressões ao meio ambiente neste estado, porque, de forma consciente, as pessoas precisam saber das leis em vigor.

Por último, o estado precisa providenciar o conjunto de leis já aprovadas, com o Plano de Gerenciamento Costeiro e tantas outras leis aprovadas; precisa fazer a sua parte em relação ao meio ambiente para que possamos permitir os investimentos solicitados aqui.

Há também a questão de não iludirmos a população porque, por exemplo, com relação ao Parque da Serra do Tabuleiro, não é bem verdade que todos vão sair com a escritura da propriedade em mãos. O governo não fez a regularização fundiária porque não quis. Teve 33 anos para fazer e não fez. Também não é verdade a Lei do Snuc, que permite que o agricultor continue na sua terra produzindo até promover a indenização, de tal forma que precisa do plano de manejo. Se o governo do estado não fizer o plano de manejo da Serra do Tabuleiro, não vai adiantar nada a aprovação dessa lei.

Então, essa indicação de autoria do deputado Jean Kuhlmann é importante, mas tem que ser acompanhada dos complementos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, pediríamos ao deputado Jean Kuhlmann para subscrever a indicação, uma vez que já temos o disque-denúncia, mas aqui está muito bem claro quanto à elaboração de programas e a divulgação. Então, temos que tornar conhecido o disque-denúncia porque é importante que toda a população conheça esse telefone, pois prestará um grande serviço na preservação do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável.

Portanto, nós pediríamos para subscrever essa indicação, em nome do PPS e em nosso nome.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, só para complementar, faltou pedirmos para subscrever também a indicação de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0021/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao superintendente do Porto de Itajaí, cumprimentando-os pelo início do funcionamento de mais um berço naquele porto.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de São Carlos, Xaxim e Tangará, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Videira, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica sr. José Valmor César Teixeira, cumprimentando-o pela nomeação como bispo na diocese de Bom Jesus da Lapa, por sua santidade o Papa XVI.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Capinzal, Vidal Ramos, Tangará e Xaxim, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor e à diretoria do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Udesc, cumprimentando-os pela posse nos respectivos cargos daquela instituição.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Azul Linhas Aéreas, cumprimentando-o pelo início das atividades no Aeroporto Internacional de Navegantes.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Pouso Redondo, Navegantes e Correia Pinto, cumprimentando-os pela posse nos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Moacir Sopelsa, a ser enviada aos ministros da Agricultura e das Relações Exteriores, solicitando informações a respeito do motivo oficial apresentado pelo governo italiano para cancelar a visita da missão liderada pela vice-ministra da Saúde e membros ligados ao comércio exterior.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, a ser enviada ao presidente da República, ao presidente do Banco Central e ao presidente da Federação Brasileira de Bancos, solicitando a revisão do horário do atendimento dos bancos, visando antecipar a abertura das agências para as 8h30.

Em discussão.

A sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente e srs. deputados, essa é uma solicitação de inúmeras pessoas porque sabemos que a vida moderna de hoje exige de cada um de nós uma dinâmica. Não podemos ficar aguardando até as 10h para os bancos abrirem. E ainda quando se chega lá, o sistema está fora do ar. Isso é um atraso de vida, uma regressão, um retrocesso.

Gostaria de ter o apoio de todos os deputados para que possamos facilitar a vida da população. Além de termos o apoio do governador Luiz Henrique da Silveira, pois é um homem que dá amparo aos anseios da população, também estarei acionando a vice-presidência da República. E, graças a Deus, o nosso vice-presidente, José Alencar, já está voltando às suas atividades normais.

Gostaria de ter o apoio de v.exas. É um anseio importante para a população.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Sobre a mesa, moção de autoria do deputado Silvío Dreveck, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando a elaboração de emendas, a serem incluídas no Orçamento Geral da União de 2009, para atender às necessidades da população do município de Ilhota.

Em discussão.

O sr. deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Srs. deputados, a visita que fizemos ontem ao município de Ilhota remete-nos a fazer esse pedido à bancada catarinense em favor desses municípios, porque diagnosticamos que de fato a situação de recuperação depende de recursos externos, de recursos do governo federal, do governo do estado.

Além disso, mais uma vez, srs. deputados, demonstra a necessidade de este Parlamento não permitir que Santa Catarina fique fora dos recursos federais, por conta ainda de legislação catarinense, que não permite aos municípios serem inseridos nesse programa do governo federal. Ou seja, a questão emergencial é de momento, mas permanentemente os municípios com menos de 50 mil habitantes dependem de recursos externos, volto a repetir, principalmente do governo federal.

Para isso, mais uma vez, é oportuno lembrar que nós aqui temos um dever importante. Quando chegar aqui o veto do governador com relação ao projeto que foi aprovado nesta Casa da recuperação ou do restabelecimento das regiões metropolitanas, este será o momento oportuno para este Parlamento dar uma demonstração do quanto é importante para as regiões metropolitanas, para Santa Catarina e principalmente para os municípios pequenos.

Por isso, sr. presidente, faço um apelo no sentido de aprovar essa nossa moção, também ao Parlamento catarinense do âmbito federal, para que os municípios atingidos pelas enchentes possam receber recursos do governo federal.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, visitantes que aqui estão presentes, representantes da imprensa, eu ouvia o deputado Jailson de Lima quando se pronunciava desta tribuna e fazia, com justiça e propriedade, a indagação sobre onde estamos e quem somos, sobre os partidos políticos e a seriedade dos políticos.

Eu quero deixar um registro aqui, deputado Pedro Uczai, e acredito que v.exa. já está no terceiro mandato. Eu sempre disse que existe gente boa em todos os setores e que existem pessoas más e pessoas ruins, deputado Kennedy Nunes, em todos os setores.

Quando se faz uma acusação, deputado Romildo Titon - e v.exa. foi prefeito de Campos Novos, bem como este deputado foi prefeito de Concórdia -, é importante provar. O meu primeiro mandato, deputado padre Pedro Baldissera, veio em 1982, como vereador no município de Concórdia. Desde lá eu exerço função pública, deputado Reno Caramori, e o chapéu não me serve, deputado Edson Andriano, quando se trata de questões generalizadas. Por onde passei procurei dar e deixar um exemplo, deputado Reno Caramori - v.exa. está aqui já no sexto mandato, já foi prefeito em Caçador e tem uma vida toda política. Quando se acusa, deve-se provar; quando se generaliza, é porque de alguma forma não se tem segurança daquilo que se está dizendo.

Santa Catarina é um exemplo para a política nacional. Em todos os partidos nós temos pessoas de origem boa, pessoas de boa índole, pessoas que trabalham com transparência. E eu não estou aqui para dizer que quando se pensa, quando se acusa e quando se levanta suspeita, deve-se dizer quem são os suspeitos e de que forma são suspeitos. Não é girar a metralhadora e atirar em todo mundo.

Por isso, eu quero dizer que continuo sendo um daqueles políticos que prezam pela seriedade e pela lealdade. Deputado Dagomar Carneiro, aprendi isso quando criança com o exemplo de meu pai, e sei que v.exa. perdeu nesses últimos dias um dos entes mais

queridos da sua família, o seu pai. Tenho certeza de que a pessoa que lhe conduziu pela mão, também lhe ensinou o caminho da seriedade e da lealdade.

Nós, que somos políticos, precisamos ter isso ainda mais em mente, porque é dessa forma que nós vamos retribuir àqueles que nos confiam o seu voto, às pessoas que nos dão a responsabilidade de tratar dos seus interesses, deputado Joares Ponticelli, ou seja, de tratamos do interesse público, e isso precisa ser feito com lealdade, com seriedade. E quando alguém faz a política do oportunismo, quando alguém faz a política da desonestidade, é preciso que seja dito quem é, é preciso que sejam apontadas essas pessoas para que os eleitores possam saber a fim de excluí-las das próximas eleições.

Deputado Elizeu Mattos, não é desta forma, caluniando a todos, colocando todos na mesma direção. Eu quero dizer que nós temos gente boa e séria em todos os partidos e, se alguém não faz a política com seriedade, com transparência, com lealdade, é preciso que seja dito o nome desses políticos, é preciso que seja denunciado o nome desses políticos.

Nós temos aqui em Santa Catarina políticos que são exemplos, como o governador Luiz Henrique da Silveira, que é uma pessoa que tem dedicado a sua vida ao trabalho público com lisura, com transparência; temos pessoas como o senador Pedro Simon, no Rio Grande do Sul. Temos pessoas aqui em Santa Catarina de outros partidos políticos, deputado José Natal, que merecem os nossos cumprimentos pela forma que tratam a coisa pública.

Quero deixar aqui registrado que lamento quando são feitas denúncias dessa forma, quando não dizem a quem essas denúncias são dirigidas e a quem elas pertencem.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Vou falar a título de corroboração com o deputado Moacir Sopelsa. Eu acompanhei e li a entrevista do senador Jarbas Vasconcelos. Nós temos a maior admiração pelo senador, pela sua história dentro do nosso MDB.

A autocrítica dentro da conduta de bandeiras, de doutrinas, isso nós sabemos! Acho que é importante o partido discutir. Agora, o que não se pode, e foi um ato leviano, é apontar, dizer que um é corrupto, que outro é corrupto e não se dar o nome de ninguém, provar se há corrupção ou não! Acho que o senador Jarbas Vasconcelos se perdeu nessa entrevista com relação a essa questão da corrupção!

Acho que é importante discutir o nosso partido. As pessoas falam, às vezes, que o MDB faz parte da história do Brasil. Eu digo que não faz parte da história do Brasil. A história do Brasil mais recente passa pelo MDB, porque nós fizemos todas as mudanças que aconteceram recentemente no Brasil.

Mas esse é um tema que o deputado Edison Andriano discutiu. Eu também iria discuti-lo, mas cedi meu tempo a fim de que se pudesse discutir a questão do Parque da Serra do Tabuleiro. De qualquer maneira, quero cumprimentá-lo por levantar essa questão do nosso MDB, que deu muitas vitórias para a história recente do nosso país.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos. Eu desejo que o v.exa., como um jovem político, um jovem parlamentar, possa ter o exemplo naqueles que pregaram no PMDB, no MDB, que fizeram, sim, a história para este País.

Mas também não posso deixar de registrar aqui nesta Casa que amanhã, deputado Reno Caramori, a Copérdia, em Concórdia, realizará o seu Dia de Campo, oportunidade em que o nosso produtor e a sociedade têm de conhecer e discutir novas tecnologias, porque tenho certeza de que os nossos produtores e nossos técnicos estarão presentes.

A Copérdia é uma das maiores cooperativas de Santa Catarina, mas há outra em Joaçaba; há a Coopervil, em Videira; a Cooperalfa, em Chapecó; a Cooper A-1 e Cooper A-2, em Pinhalzinho. Enfim, o setor cooperativista de Santa Catarina tem demonstrado que participa do desenvolvimento e da organização da agricultura do nosso estado.

Então, quero cumprimentar a Copérdia e deixar registrado, nesta Casa, que são esses eventos que dão oportunidade para que possamos saber da importância, principalmente, do setor agrícola do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Ouço v.exa. deputado, que é da comissão de Agricultura e que vem defendendo sempre os interesses da produção da agricultura no nosso estado.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Quero cumprimentá-lo por ter a sua origem em Concórdia, onde está a Copérdia. V.Exa. tem acompanhado o setor cooperativista, o desenvolvimento, o empenho, a dedicação e o carinho que as cooperativas têm com os seus cooperados.

Eu, infelizmente, não estarei presente amanhã, por ter compromissos parlamentares, mas solicito a v.exa. que represente, no setor cooperativista, a Frente Parlamentar do Cooperativismo. Tenho certeza de que v.exa. trará a esta Casa as informações sobre tudo que poderemos dar de melhor ou de mais importante para os nossos catarinenses, através da Copérdia.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Reno Caramori. Tenha certeza de que vou procurar representá-lo e justificar a sua ausência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Quero, com muita tristeza, comunicar o falecimento do jovem Felipe Faria, na manhã de ontem, filho do vice-prefeito de Canoinhas, Beto Faria, que ao deslocar-se daquela cidade para Curitiba, onde ia estudar e trabalhar, sofreu um acidente e foi a óbito. Aquela cidade está de luto junto com os familiares. Foi mais um jovem que faleceu nas fileiras da BR-101, essa pista da morte que continua ceifando muitas vidas, deixando pais, mães e parentes num estado muito delicado.

Com certeza, o deputado Antônio Aguiar não está aqui, porque se encontra...

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A Assembléia Legislativa dá as condolências, os pêsames, deputado José Natal, à família do vice-prefeito.

Gostaria também de registrar a presença do ex-prefeito de Presidente Getúlio, sr. Ivo Adami.

Seja bem-vindo a esta Casa!

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, hoje quero falar sobre dois temas. E em relação à serra do Tabuleiro, sobre a questão ambiental, em outro momento teremos a oportunidade de discutir e debater o mérito desse projeto de lei. Inclusive, no dia 4 haverá a votação, e a nossa bancada vai aprofundar o debate.

Quero falar justamente sobre o que está na conjuntura, ou seja, nas posições do senador do PMDB, deputado Edison Andrino. Por mais que os deputados do PMDB e as suas lideranças tentem relevar ou abafar a força das denúncias do senador, por mais que se diga que há pessoas boas ou ruins aqui e acolá, as denúncias desse senador deveriam produzir um debate em todo o Parlamento e em toda sociedade brasileira, no sentido da urgência e emergência da construção de uma nova cultura política, no sentido de uma reforma política neste país, e no sentido do fortalecimento dos partidos políticos em bases éticas, em bases democráticas e em bases diferentes das que estão colocadas, hoje, articuladas em processos eleitorais financiados pelo capital privado, caixa um e, principalmente, caixa dois, pela corrupção. Enfim, precisamos promover o debate da ética na política e o fortalecimento da democracia.

Não é novamente só o PMDB que tem responsabilidade, que quer jogar para baixo do tapete as denúncias do senador. Inclusive, vem governo, passa governo, e esse partido está sempre no governo, desde a redemocratização do país. Se o José Serra for presidente, o PMDB estará no governo; se a Dilma Rousseff for presidente, o PMDB também estará no governo. Mas nem é essa a questão; a questão é a discussão da construção de uma nova cultura política neste país.

Ninguém consegue se contrapor às próprias denúncias! Portanto, ela tem força, faz sentido, tem significado político. Em vez da autodefesa ou da relevação da própria denúncia, do fato de ela ter prova ou não, existe a necessidade de se dar um salto de qualidade na cultura política deste país, construindo uma reforma política, prevendo o financiamento público de campanha. A lista fechada de candidatos proporcionais nas eleições e a fidelidade partidária são questões centrais na cultura política. E se isso não desembocar as denúncias do senador, não valerem nada, nem para o interior do PMDB, porque existem muitas. E a forma como o próprio senador José Sarney se elegeu presidente do Senado... Há muitas coisas escamoteadas, escuras, obscuras, nubladas no Senado, retomando e fazendo emergir a nova figura pública de Renan Calheiros. Portanto, temos que discutir o futuro do país numa nova relação política.

Por isso, esse é o primeiro tema, é o primeiro horizonte em que deveriam desembocar as denúncias feitas, e não acontecer uma autodefesa muitas vezes ingênua, populista ou demagógica. Portanto, reforma política já! Fidelidade partidária já! Financiamento público de campanha já! Lista fechada de candidaturas já, para que não seja criada uma relação promiscua, corrupta, na política brasileira.

Não adianta dizer se eu sou bom ou não, porque eu tenho é que contribuir para que todos os políticos tenham controle social sobre eles, controle nas campanhas, etc.

Srs. deputados, ouço pelos corredores algumas falas citando os interesses econômicos, privados e dos empresários em jogo, que se comungam com os interesses políticos em jogo nesta Casa. Ah, aí existe

casamento. E um senador do PMDB vem aqui também nesta tribuna fazer denúncias das relações entre os interesses privados, especulativos, empresariais, com os políticos, com os agentes públicos, nos processos de construção de marcos regulatórios e legislativos.

Deputado Sargento Amauri Soares, as denúncias de corrupção deveriam construir uma nova cultura política de controle social durante e depois das campanhas e dos mandatos. E todos os políticos envolvidos em corrupção deveriam perder imediatamente os cargos. E todos os empresários, deputado Professor Grandó, envolvidos em corrupção, nunca mais poderiam ter relação nenhuma com a área pública. Inclusive, queremos saber da empresa Nutriplus, uma distribuidora de merenda escolar, da cidade de São Paulo e de outras cidades de Santa Catarina, qual o destino ou o futuro, se for denunciado conluio, corrupção.

Fui prefeito de Chapecó e conveni-me, na condição de prefeito, que não há corrupto público ou político, se não houver o empresário, do ladinho, corrompendo. E via um prefeito novo todo honesto e um empresário tentando corrompê-lo, no primeiro mês da gestão pública. Por isso, temos que construir uma nova cultura política, que é urgente e necessária! Reforma política, já!

Em segundo lugar, estou muito feliz por ser deputado da bancada do Partido dos Trabalhadores e por estar aqui refletindo as consequências, os impactos da crise mundial sobre o Brasil, sobre a economia brasileira e sobre as receitas neoliberais dos tucanos. Eles se sentem mal aqui, nesta Casa, quando os criticamos, porque na crise da Rússia, eles arrojaram os salários dos trabalhadores, o salário mínimo; na crise da Rússia e do México, eles arrojaram o salário dos aposentados.

O governo do presidente Lula injeta R\$ 21 bilhões na economia, com mais de 12% de aumento real sobre o salário mínimo. Dá uma resposta à própria crise, aumentando o mercado interno de massa, o consumo, o poder de compra dos aposentados, o salário mínimo e a massa salarial.

Essa é a resposta à crise: aumento do salário mínimo de 5,9%. É assim que se constrói política pública de inclusão social, de distribuição de renda. É dessa forma que queremos. Chega de neoliberalismo no mundo, chega de livre mercado, porque são os trabalhadores que pagam a conta. São os trabalhadores, os agricultores, os pequenos, que pagam a conta, com desemprego, com arrocho salarial.

E o governo brasileiro, além do investimento em infra-estrutura, além dos anúncios da responsabilidade política que tem com os prefeitos deste país, anunciando ações efetivas de transferência de recursos para os municípios, dando sustentabilidade política para os prefeitos renegociarem suas dívidas no INSS e com isso continuar investindo em infra-estrutura no país, com programas sociais, aumento do salário mínimo, investimento em infra-estrutura e energia, constrói os marcos regulatórios do estado, com um estado cada vez mais forte, com o estado intervindo na economia, com o estado regulando o mercado, com o estado estatizando bancos.

O que diriam, até pouco tempo, os neoliberais, os tucanos e os pefelistas, que governaram esses oito anos, que privatizaram e desmontaram o estado brasileiro? O que diriam neste momento ao ter que admitir votar no Congresso Nacional medidas provisórias, deputado José Natal, de estatizar bancos privados?

Por isso, estamos aqui. E o presidente Lula estará novamente no estado, no dia 27 de fevereiro, inaugurando a estação de eletricidade da Eletrosul, aqui na Ilha, com cabo submarino, com investimentos de milhões de reais para a Ilha de Santa Catarina, com a logística da defesa de não haver mais apagão, de não haver mais problemas de fornecimento de energia no nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Eu não gostaria, mas preciso anunciar o óbito do ex-deputado Nilton Kucker, que foi deputado nesta Casa por três mandatos, de 1963 a 1975. O presidente da Casa já mandou para a sua família um telegrama manifestando condolências.

Então, à sra. Avelina Kucker, sua esposa, o abraço fraterno da Assembléia Legislativa, como também a toda sua família.

Com a palavra, por dez minutos, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, pretendia me manifestar, hoje, sobre o projeto do Parque da Serra do Tabuleiro, que é um projeto polêmico, mas necessário, e faz-se urgente resolver definitivamente aquela situação. É bem verdade que o projeto sozinho não resolve; existe um plano de manejo depois de um plano diretor do município de Palhoça, que vai discutir a questão de zoneamento.

Portanto, solicito à Mesa desta Casa que coloque um telão lá fora para que todos que aqui chegarem possam também participar, pois provavelmente no dia 4 de março, deputado Professor Grandó, muitos não terão acesso às galerias do plenário da Assembléia Legislativa. Sr. presidente e nobres srs. deputados, não poderia deixar de falar sobre a manifestação do meu companheiro de partido, senador Jarbas Vasconcelos. Entrei no partido no mesmo ano em que o senador Jarbas, 1966, com pouco mais de 19 anos de idade, ajudando a construir o MDB. E o Jarbas, por coincidência, foi prefeito de Recife quando eu tive a honra de ser eleito prefeito de Florianópolis.

Acredito que a declaração do Jarbas, e concordo com o deputado Pedro Uczai, que me antecedeu nesta tribuna, merece uma análise profunda não só dos peemedebistas, mas de todos os que fazem política neste país. O Jarbas tem um grande currículo na sua história política. Foi deputado federal na época em que Luiz Henrique foi deputado federal, pertencia ao grupo dos autênticos que lutou bravamente contra a ditadura militar; depois, foi prefeito por duas vezes de Recife e governador de Pernambuco, também por duas vezes.

Deputado Professor Grandó, o Jarbas é uma das poucas referências éticas que o PMDB tem em nível nacional. Outra referência é o senador Pedro Simon. Quem não gostaria de ter nos seus quadros partidários duas figuras do nível, da competência, do currículo, da história e da ética dos senadores Jarbas Vasconcelos e Pedro Simon? Por que Pedro Simon não ocupa um lugar de destaque no cenário nacional do PMDB? Por que temos que ter Sarney como presidente do Senado, enquanto Pedro Simon não ocupa função alguma no Congresso Nacional? Provavelmente nem ocupa espaço nas comissões. Sabem quem ocupa os lugares de destaque no governo Lula? As mesmas figuras do PMDB, as quais eram Fernando Henrique rachadas.

Eu, deputado José Natal, como deputado federal, não tinha minhas emendas liberadas porque votava contra os projetos de Fernando Henrique, como na reforma tributária, tão necessária neste país. É urgente essa reforma, assim como é urgente a reforma

política, porque é através do sistema tributário, em Brasília, que se manipula o Congresso Nacional, pois os prefeitos dependem dos deputados federais, e estes dependem dos ministros e do presidente da República para liberar suas verbas orçamentárias. E aí esse sistema tributário atrela o Congresso Nacional ao Executivo, ao presidente da República. E as figuras que apoiavam Fernando Henrique e que faziam oposição ao Lula...

Vou dar um exemplo. O ministro Geddel Vieira Lima, do meu partido, que é o homem mais importante do governo Lula, dizia-me o seguinte: "Andrino, se você não votar como quer o Fernando Henrique, você não terá as emendas liberadas!" E não liberavam mesmo. E hoje ele quer ser o "Dilmo"! da Dilma.

Quando eu vejo essa gente sem nenhum conteúdo ideológico, pior que biruta de aeroporto, porque muda conforme o vento, eu digo: a declaração do Jarbas merece uma análise profunda do PMDB, mas nós não podemos perder o Jarbas! Eu não estou dizendo aqui que o Jarbas tem razão em todas as suas afirmações, mas nós precisamos valorizar as poucas figuras que temos em nível nacional que são referências do meu partido.

Eu, quando entrei no PMDB, entrei pelo exemplo de grandes figuras históricas que nós tivemos. Todo jovem é idealista e ele buscou no Ulysses Guimarães, que foi o grande guardião no combate à ditadura, um exemplo para começar a fazer política. Hoje, temos poucos exemplos nacionais para que o jovem possa voltar a fazer política seriamente.

E a situação está cada vez pior! Quando me elegi deputado estadual, em 1982, fui o deputado mais votado do MDB. Nós gastávamos pouquinho dinheiro, deputado José Natal, era o trabalho, era o discurso. Hoje, é difícil fazer política, a estrutura partidária está menos consciente do que o eleitor. O eleitor se conscientizou, mas, infelizmente, não aconteceu isso com as estruturas partidárias.

Então, precisamos fazer uma análise profunda das declarações do Jarbas Vasconcelos, deputado Elizeu Mattos, porque hoje está muito fácil. Discute-se agora no Congresso para onde vai o PMDB. Para onde vai o PMDB? Depois que nós demos cinco anos para o Sarney, Ulysses pagou um preço caro por isso: foi disputar uma eleição como grande timoneiro na redemocratização deste país e fez 4% dos votos no Brasil.

Nós estamos discutindo agora, deputado Romildo Tilton, se vamos com o Lula, com a Dilma ou se vamos com o Serra. E não estamos discutindo nem quem vai ganhar, porque tanto faz ganhar um como outro, o PMDB vai apoiar depois, porque foi a bengala do Fernando Henrique e hoje é o apêndice do governo Lula.

O último ministro do PMDB que deixou uma marca de políticas públicas neste país foi Antônio Britto, no governo de Itamar Franco, quando foi ministro de um ministério complicado, difícil, que só desgasta administrador, ou seja, o ministério da Previdência Social. Mas ele deixou uma referência tão boa que tinha quase 20% de aceitação para disputar uma eleição de presidente da República e abriu mão para Fernando Henrique Cardoso.

Então, nós precisamos ver qual é a marca dos ministros do PMDB com respeito às políticas públicas do governo Lula. Quem é que tem uma aceitação grande da população? Passamos por um momento difícil.

Eu escutava atentamente há pouco o pronunciamento do deputado Moacir Sopelsa, e claro que todos nós estamos preocupados com isso, mas precisamos fazer uma avaliação mais profunda.

Para encerrar, sr. presidente e srs. deputados, quando elegemos o Lula e o PT para presidente da República havia uma expectativa muito grande com a questão ética e, lamentavelmente, foi o governo Lula que mais nivelou por baixo essa questão ética. É bem verdade que houve avanços nas áreas sociais, mas na questão ética foi um desastre. E é tão ruim hoje que o povo pensa que todo político é igual.

Por isso é importante que nós façamos uma análise profunda do que declarou o senador Jarbas Vasconcelos.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, apenas quero registrar a presença, nesta Casa, do Maicon Jahn, secretário de Saúde de Agronômica, Valmir Corradini, chefe de gabinete do prefeito de Agronômica, do vereador Leandro Maia, do PSDB de Ituporanga, e do prefeito Mirotti, do PMDB de Laurentino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fica registrada, deputado Jailson Lima, a presença dessas autoridades nesta Casa.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Há poucos momentos, sr. presidente, dei uma nota triste nesta Casa e agora quero dar uma excelente nota para o pessoal de Rio do Campo, o qual já é sabedor de que começou a funcionar naquela cidade, a partir da tarde de ontem, graças ao trabalho deste deputado naquele caso e dos demais deputados desta Casa, a telefonia móvel, como acontecerá na maioria dos municípios de Santa Catarina.

E foi um dos primeiros municípios que conseguiu isso, após aquele processo. Então, fico muito feliz. E quero dizer ao prefeito Duda, que tanto reclamava que não conseguia se comunicar, que a telefonia móvel já é uma realidade para toda aquela redondeza.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Natal.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital AleSC, pessoas que nos acompanham na sessão desta tarde, como todos sabem, nós, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, estamos em uma mobilização permanente que já completou dois meses.

No final de dezembro, esposas e demais familiares de praças bloquearam o acesso a quartéis da Polícia Militar, numa forma de movimento que não é inédita no nosso estado.

Em novembro e em dezembro de 2000, dirigidos pela Associação de Oficiais Militares de Santa Catarina, a Acors, os servidores da Segurança Pública já se mobilizavam em assembleia geral; foram feitos atos contundentes; foi desligado, não se sabe por quem e nunca se tentou descobrir, o sistema de comunicação da Central de Emergências, o Copom da Grande Florianópolis e foram bloqueados quartéis. Isso tudo foi feito no final de novembro e na primeira quinzena de 2000.

Nós conseguimos resgatar, deputado Dirceu Dresch, alguns trechos de uma assembléia geral ocorrida em Chapecó no final de 2000, portanto, há oito anos e dois meses, que trazem um pouco daquela história, de um movimento que foi dirigido pelos oficiais e acompanhado pelos demais servidores da Segurança Pública, por praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e pela base da Polícia Civil. E nós vamos passar um trecho justamente para mostrar e tirar algumas conclusões, posteriormente, dos fatos que ocorreram naquela época e dos que estão ocorrendo agora.

Peço a gentileza de rodarem esse trecho.

(Procede-se à projeção de vídeo.)

Essa foi uma assembléia que ocorreu no dia 20 de novembro de 2000, na cidade de Chapecó, até que eclodiu num movimento do dia 8 ao dia 13 de dezembro daquele ano. O governo da época de Esperidião Amin ofereceu dois soldos e meio aos oficiais - aqueles dois cidadãos que falaram no vídeo são oficiais, um deles inclusive está no governo agora, na secretaria da Segurança -, em torno de R\$ 1.200,00 a R\$ 1.700,00.

Os oficiais que estavam dirigindo o movimento recusaram, deixaram os praças e os demais segmentos da Segurança Pública na mão e mais de 130 praças foram punidos.

Então, eles ficaram com o dinheiro e nós ficamos com a punição! E para eles o que ocorreu no ano de 2001? Absolutamente nada! Nenhum deles foi punido, nenhum dos oficiais, e tantos outros que dirigiram aquele movimento, e muito menos se falou em Conselho de Disciplina. Agora, numa situação semelhante, temos 17 praças no Conselho de Disciplina para serem excluídos de forma sumária, mais de uma centena em inquéritos policiais militares e em processos administrativos disciplinares, o que mostra aqui qual é o caráter e a moral dentro da nossa instituição.

O Código Penal Militar e o Regulamento Disciplinar são usados para punir praças, para perseguir praças, para impedir que se movimentem. E nós temos tantos outros documentos mostrando aquele processo de 2000 e o que ocorreu. Eles ficaram com o dinheiro e nós com as cadeias e continuamos até hoje nesse passo. Precisamos continuar discutindo muito isso nas próximas semanas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck.

(Pausa)

Na ausência do deputado Silvio Dreveck, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Giancarlo Tomelin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Excelentíssimo sr. presidente, demais membros da mesa, srs. deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TVAL, senhoras e senhores, revestido do mais absoluto júbilo, quero informar a Santa Catarina e a esta Casa que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso estará em nosso estado na segunda quinzena de abril para fazer uma palestra técnica. Ele vem ao nosso estado e a Blumenau trazer o seu conteúdo, a sua experiência e a sua vivência sobre a crise mundial que começa a bater à porta dos brasileiros. Ele, que no início de abril deste ano proferiu uma palestra em São Paulo e participou do programa *Roda Viva* e lá alertou o Brasil da crise que começaria a bater à porta do mundo.

Eu vi e assisti nesta Casa pronunciamientos como se a crise já não mais existisse, como se a crise estivesse totalmente debelada, que ela não iria chegar ao Brasil, pois o governo já tinha tomado medidas necessárias, contumazes e eficientes. Enfim, que a crise não iria bater à porta. Eu espero e rezo a cada dia para que isso seja verdade.

Mas eu estive ontem, deputado Reno Caramori, com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que acabou de chegar do México, país que tem uma economia consolidada, mas que já está sentindo na própria carne os problemas da crise mundial. A Europa está vivendo a crise mundial; os Estados Unidos vive uma crise que nem eles sabem o tamanho e a sua profundidade; os valores de um e de hoje já não são os de amanhã.

Por isso eu tenho absoluta convicção de que esta Casa não pode ficar alheia e Santa Catarina não pode deixar de debater sobre essa crise existente profunda, verdadeira, real, mas não será com medidas simples que nós iremos conseguir debelá-la.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não! Ouço v.ex.a. com muito orgulho.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Giancarlo Tomelin, da mesma forma nós recebemos o ex-presidente da República, dr. Fernando Henrique Cardoso, no final do ano passado, em Caçador, numa promoção da UnC-Caçador, da Associação Comercial e da vice-presidência regional da Fiesc, comandada por Gilberto Seleme, e a palestra versou justamente sobre o tema de uma possível crise e a partir de então o desenvolvimento da economia catarinense e brasileira.

Os acadêmicos da UnC foram os que mais se fizeram presentes, além dos empresários de todos os setores produtivos de Caçador e região.

Eu quero cumprimentá-lo, porque tenho certeza de que Blumenau se sentirá bem à vontade ao participar de uma palestra, de um encontro, com pessoas que têm conhecimento da vida pública séria, serena, transparente e tranquila.

Por isso, eu cumprimento quem promoveu essa ação juntamente com v.ex.a., a fim de trazer essa personalidade mais uma vez a Santa Catarina, para mostrar que não se tapa o sol com a peneira. A transparência é a coisa que mais mexe com o ser humano e nós precisamos realmente dela. Eu tenho certeza de que será imensa a importância da vinda a Blumenau desse ilustre ex-presidente da República.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Incorporo, deputado Reno Caramori, suas palavras ao meu pronunciamento. Estive em Caçador, acompanhei tudo aquilo que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso falou.

Mas quero dizer, deputado Professor Grando, que para problemas graves não existem soluções perfumadas. O governo federal está-se empenhando, é verdade, é preciso dar a César o que é de César. Tenho elogiado o governo Lula naquilo que ele tem feito de bom, mas ele precisa cortar na carne, deputado Adherbal Deba Cabral, e reduzir a despesa pública. É isso que o governo Lula tem que fazer, mas já tomou algumas atitudes, principalmente a de dar continuidade ao programa que Fernando Henrique Cardoso implementou no Brasil: a estabilidade da economia, o Plano Real e tudo aquilo que foi necessário fazer.

No entanto, eu tenho medo, pois os números divulgados mostram os reflexos da crise. E não precisa ser um gênio, um juriconsulto, um professor *honoris causa*, basta acordar todas as manhãs e assistir ao jornal *Bom Dia Brasil* para ver os reflexos da crise. Contudo, para alguns parece que o Brasil está blindado. Não! Nós precisamos ter muita paz de espírito e muita responsabilidade neste momento.

Então, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso vem fazer uma palestra técnica e quero informar a Santa Catarina que ele, que é o maior palestrante do Brasil, o mais bem remunerado e o mais requisitado, abriu mão integralmente do seu cachê. Essa palestra será coordenada pela ADVB de Santa Catarina, será realizada no Teatro Carlos Gomes e 100% da arrecadação serão destinados à reforma total de uma escola destruída na enchente do fim do ano passado. A palestra vai render recursos suficientes para reformar integralmente a escola, nessa iniciativa liderada pelo presidente Carlos Jofre do Amaral Neto e pelo vice-presidente da ADVB de Blumenau, Carlos Girolla.

Vamos reformar uma escola em comum acordo com o prefeito municipal de Blumenau, João Paulo Kleinübing, que esteve conosco em audiência, ontem, com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele, os professores Maurici e Osmar Matiola, que coordenam a secretaria de Educação de Blumenau, vão escolher uma das escolas atingidas, pois há, hoje, 46 escolas que precisam de alguma reforma.

Mas essa palestra vai permitir que se reforme integralmente e até se amplie totalmente uma escola. Digo isso pelos números que nós já temos sobre as palestras que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso já proferiu.

Ele dormirá em Blumenau, vai visitar as áreas atingidas, vai visitar essa escola antes da sua reforma e depois de reformada com os recursos que vamos arrecadar. No outro dia, pela manhã, ele se deslocará para Florianópolis, aonde vai-se reunir com o vice-governador Leonel Pavan e com 50 empresários que vamos convidar para um debate com mais conteúdo técnico ainda sobre como Santa Catarina pode driblar a crise.

Nós, desta Casa, que temos orgulho de bater no peito e dizer que Santa Catarina é um modelo para o Brasil, temos também que dar a nossa contribuição. Talvez o povo de Santa Catarina, cuja produção é tão bem distribuída geograficamente - no oeste a agricultura e o agronegócio; no sul a indústria cerâmica; no vale do Itajaí a indústria têxtil; no norte o setor metal mecânico; no litoral essa beleza turística que encanta o mundo - tenha que dar as mãos e trabalhar mais diante dessa crise que assola o mundo e que reduz a demanda, que faz com que as pessoas comprem menos em virtude do desemprego. Santa Catarina pode dar o exemplo e trabalhar mais. Se produzimos um azulejo bem feito no sul do estado, talvez seja o momento de se investir mais em tecnologia, em conhecimento para produzir ainda melhor aquele azulejo; podemos produzir melhor ainda, por exemplo, no vale do Itajaí, os artigos têxteis.

Então, é com muito orgulho que o PSDB de Santa Catarina vai receber o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem muito a falar e nós, catarinenses, temos muito a escutar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, vamos usar estes dez minutos para transmitir a beleza a que assistimos, na manhã de ontem, na nossa querida cidade de Fraiburgo, onde tivemos a abertura oficial da colheita da maçã.

(Passa a ler.)

"Com uma estimativa de safra de 900.418 toneladas, foi aberta, no final da manhã dessa segunda-feira, 16 de fevereiro, no *packing house* da empresa Pomifrai, a colheita da maçã - safra 2008/2009. A solenidade contou com a presença do governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, do senador Neuto De Conto, de deputados federais e estaduais, recepcionados pelo prefeito Nelmar Pinz e pelo vice-prefeito Beto Ferreira; representando este Parlamento e a comissão de Agricultura estava este deputado e o colega Romildo Titon.

Segundo levantamento da Associação Brasileira de Produtores de Maçã - ABPM -, Fraiburgo será responsável por pouco mais de 30% da produção no estado de Santa Catarina, o equivalente a 141.736 toneladas, do total de 463.759 toneladas que serão colhidas dos pomares catarinenses. Além de Fraiburgo, São Joaquim, Bom Retiro e Lages figuram no *ranking* dos maiores produtores da fruta em Santa Catarina.

O evento de abertura oficial da colheita da maçã foi instituído pelo município em 2006 e visa celebrar o momento de ápice da economia local. O período de colheita dura em média três meses, iniciando na segunda quinzena de janeiro e prosseguindo até abril. É nessa época, devido à escassez de mão-de-obra, que o município registra um aumento populacional significativo, com a vinda de colhedores de maçã de municípios vizinhos e principalmente do estado do Paraná. Juntas as empresas produtoras de maçã já chegaram a ofertar aproximadamente dez mil vagas temporárias.

Santa Catarina é hoje um dos maiores produtores brasileiros de maçã. Como incentivo dado pelo governo do estado temos a isenção do ICMS desde o ano de 2006."

Aliás, era uma luta que este deputado vinha empreendendo ao longo dos governos, após a nossa primeira vitória que foi a criação do Prodec da maçã em Santa Catarina, para podermos equipar os nossos produtores com câmaras frias e equipamentos para o processamento da fruta.

(Continua lendo)

"Durante a solenidade, o presidente da ABPM, Pierre Nicolas Peres, comandou o lançamento do *site* 'Maçã na Escola', junto ao governo e ao secretário de estado da Educação, Paulo Bauer, que estava presente. O *site* 'Maçã na Escola' consagra o projeto educativo desenvolvido pela entidade e pode ser visitado através do endereço [www.maçanaescola.org.br](http://www.maçanaescola.org.br)."

Esse processo referente ao projeto "Maçã na Escola" teve também a nossa participação, mostrando ao governo a sua importância, porque além de oferecer, deputado Sargento Amauri Soares, um produto altamente nutritivo à nossa criança, vem favorecer os nossos produtores.

Mas é importante que se registre aqui a história da evolução da maçã no Brasil, principalmente em Fraiburgo.

(Continua lendo)

"Historicamente, Fraiburgo teve seu auge no setor primário até a década de 50/60. A indústria extrativa da madeira, pioneira e geradora do município, ainda é a propulsora da economia, mas foi a fruticultura da maçã que se tornou reconhecida nacional e internacionalmente.

Nascem, então, os primeiros plantios de macieiras, nos meados da década de 50/60, com o experimento de variedades direcionado à aclimação, aos estudos do uso racional do solo, solo propício para isso, às matrizes, aos porta-enxertos e à importação das primeiras dez mil mudas de macieira da França.

A maçã é produzida em Fraiburgo em uma área plantada e sempre teve um crescimento vertiginoso, se considerarmos os hectares plantados e o número de plantas. Essa evolução quantitativa abrange, aproximadamente, hoje, seis mil hectares.

Mas também é importante informar que ao longo dos anos e das experiências as variedades de maçãs que mais se adequam às situações climáticas são as variedades Gala, Fuji e híbridos dessas espécies melhorados geneticamente.

Com o crescimento da economia local, com o incremento da fruticultura, especialmente a maçã, nasce uma nova imagem estética de Fraiburgo, inicialmente citada com a Capital Brasileira da Maçã; posteriormente, a comunidade local resolveu usar o *slogan*: 'Fraiburgo, a terra da maçã'.

Daí nasceu, através dos produtores, a necessidade de criarmos a Associação Brasileira de Produtores da Maçã - ABPM -, que é uma sociedade civil, sem fins lucrativos nem político-partidários. Foi criada em Porto Alegre, em 1978, porém sua efetivação ocorreu em Florianópolis, durante o I Congresso Brasileiro de Pomicultura, que aconteceu no mesmo ano da fundação.

O objetivo da associação era defender os interesses das empresas que utilizavam os incentivos fiscais do governo federal. Por exigência dos paulistas, seu nome foi alterado para Associação Brasileira dos Produtores de Maçã e Pêra.

Segundo acordo dos associados, a presidência da associação seria escolhida por rodízio, respeitando a sequência de produtores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e São Paulo. Tal rodízio foi cumprido até 1984, quando o nome foi alterado para Associação Brasileira de Produtores de Maçã, e, com o fim dos incentivos fiscais, passou a defender todos os interesses do setor e legitimou-se muito mais com a inclusão de diretorias mais envolvidas com a produção de maçã.

O crescimento e o dinamismo do setor da maçã brasileira, aliados à globalização do mercado, fortaleceram ainda mais a sociedade, que assumiu maiores responsabilidades perante seus membros. A Associação Brasileira de Produtores de Maçã, com sede em Fraiburgo, desde 1992 tem 12 diretores, os quais respondem pelas diretorias administrativa e financeira, comercial, técnica, de qualidade, de exportação, de biotecnologia, de insumos, de *marketing*, de estatísticas e logísticas; possui 35 associados, dos quais dois são associações estaduais e quatro são cooperativas, que respondem por 75% da produção nacional, por 85% da comercialização do mercado interno e por 95% das exportações brasileiras."

Por isso, valeu o nosso sacrifício de sair daqui pela madrugada, participar do evento e retornar ainda na tarde de ontem, trazendo conosco o orgulho de pertencer àquela região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Gostaria de saudar o nosso colega de bancada, segundo-secretário da Mesa, deputado Dagomar Carneiro, que está completando aniversário no dia de hoje, desejando-lhe toda a felicidade não só no aniversário, mas nos próximos aniversários que terá pela frente.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós queremos aqui, em nome da bancada do PT, também desejar muita felicidade, muitos anos de vida na caminhada do companheiro Dagomar Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado ao deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência também cumprimenta e parabeniza o deputado Dagomar Carneiro, desejando-lhe que continue a ser a pessoa que é, desenvolvendo o trabalho que faz. Que Deus lhe dê muita paz e muita saúde!

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - A bancada do PMDB gostaria de dar os parabéns ao nobre deputado de Brusque, desejando-lhe muitos anos de vida, até porque é um jovem muito atuante aqui na Assembléia.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Da mesma forma, em nome do PPS, parabenizamos o deputado Dagomar Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 010-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Sérgio Grando, 1º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Altair Guidi, indicado para ocupar o cargo de Secretário de Estado do Planejamento.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 17 de fevereiro de 2009

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopesa - 1º Secretário  
Deputado Valmir Comin - 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 048, de 17/02/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR RODRIGO HERMES LUZ**, matrícula nº 5112, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Divulgação e Serviços Gráficos, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (DAT - Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos).

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputada Ada de Luca - Secretário  
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 049, de 17/02/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **JOSE CARLOS DA SILVEIRA**, matrícula nº 0424, do cargo de Procurador Geral Adjunto, código PL/DAS-8, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 16 de fevereiro de 2009 (Procuradoria).

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputada Ada de Luca - Secretário  
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 050, de 17/02/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR FABIO DE MAGALHÃES FURLAN**, matrícula nº 1936, para exercer o cargo de provimento em comissão de Procurador Geral Adjunto, código PL/DAS-8, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 16 de fevereiro de 2009 (Procuradoria).

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputada Ada de Luca - Secretário  
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 051, de 17/02/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com o 1º aditivo ao Termo de Cooperação Técnico-Institucional celebrado entre a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,*

**PRORROGAR** até 31 de dezembro de 2009, os efeitos do Ato da Mesa nº 084, de 19/04/2007, que colocou à disposição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a servidora **MARISA FERNANDES PHILIPPOVSKI**, matrícula nº 1985.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputada Ada de Luca - Secretário  
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 052, de 17/02/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com o 1º Aditivo ao Termo de Cooperação Técnico Institucional celebrado entre a Assembléia Legislativa de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Jupiá,*

**PRORROGAR** até 31 de dezembro de 2009, os efeitos do Ato da Mesa nº 0079, de 11/04/2007, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Jupiá, a servidora **LOURENÇO KUNZ**, matrícula nº 1950.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputada Ada de Luca - Secretário  
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2009

**OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT INCLUINDO SISTEMAS DE DRENAGEM.**

**DATA:** 06/03/2009 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 06 de março de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 17 de fevereiro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATOS

#### RERRATIFICAÇÃO

##### Extrato N.º 010/2009

Diante de lapso de secretaria, rerratifica-se o Extrato CL nº 010/2009, onde se lê "Inexigibilidade de Licitação CL n.º 001/2009", lê-se "Dispensa de Licitação CL n.º 001/2009".

Florianópolis, 17 de fevereiro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações  
\*\*\* X X X \*\*\*

##### Extrato N.º 023/2009

REFERENTE: Contrato CL nº. 011/2009 celebrado em 12/02/2009.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: GPL Construções e Consultoria Ltda. (CNPJ: 09.402.410/0001-33)

OBJETO: Execução da reambientação do acesso principal e do hall de entrada do Palácio Barriga-Verde, com o fornecimento de materiais, mão-de-obra qualificada e equipamentos necessários.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.446.392,77

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente contrato a vigência compreendida entre a sua assinatura e o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia que será de 01 (um) ano.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial n.º 003/2009; Autorização para Processo Licitatório n.º 0085/2008, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente ALESC

Lourival Dutra - Procurador GPL Construções e Consultoria Ltda.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### Extrato N.º 024/2009

REFERENTE: Contrato CL n.º 010/2009, celebrado em 06/02/2009.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Gota D'Água Comércio de Água e Papéis Ltda - ME

OBJETO: prestação de serviços de higienização e manutenção preventiva e corretiva, de aproximadamente 126 (cento e vinte e seis) bebedouros elétricos para garrações de 20 litros, totalizando 504 higienizações durante o ano de 2009.

VALOR GLOBAL: R\$ 16.077,60

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até 31/12/2009, podendo ser prorrogado e aditado na forma da lei, conforme previsto no Edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Autorização para Processo Licitatório n.º 0095/2008-LIC; e Processo Licitatório modalidade Pregão CL n.º 002/2009 parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente ALESC

Gilson Sérgio Vieira - Gota D'Água Comércio de Água e Papéis Ltda - ME

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

### OFÍCIO N.º 010/09

Ofício Interno n.º 017/2009

Florianópolis, 10 de fevereiro de 2009.

Exmo. Senhor:

**José Alberto Braunsperger**

Diretor Legislativo

Nesta Casa

Senhor Diretor,

Com os cordiais Cumprimentos, vimos através deste encaminhar para as devidas providências, Relatório de Atividades - exercício / 2008, em anexo, da Associação Amigos Hospital Nereu Ramos.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos a disposição para os esclarecimentos que forem necessários.

Atenciosamente,

**Marcelo Sato Rosa**

Chefe de Gabinete

Lido no Expediente

Sessão de 17/02/09

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO N.º 011/09

AFADefi

#### Associação de Apoio às Famílias de Deficientes Físicos

Ofício n.º 016/09 Balneário Camboriú, 10 de Fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Jorginho Mello

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A Associação de Apoio às Famílias de Deficientes Físicos de Balneário Camboriú - AFADefi é uma entidade sem fins lucrativos, de cunho eminentemente social e que atualmente conta com cerca 380 associados. Nossa entidade desenvolve diversas atividades na área social, Esportiva e terapêutica visando à completa integração da pessoa com deficiência na sociedade.

Tendo em vista a manutenção de sua utilidade pública estadual sancionada no dia 22 de junho de 2005 através da lei n.º 13.398/05, venho a Vossa Excelência encaminhar o rol de documentos necessários para atender o artigo 3º da lei estadual n.º 14.182/07 que disciplina o referido assunto.

Segue em anexo cópia:

1. Relatório das atividades desenvolvidas pela associação nos últimos 12 meses;

2. Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

3. Estatuto Social com as respectivas alterações;

4. Balancete contábil da entidade.

5. Ata de posse da atual diretoria

Na oportunidade, apresento protestos de estima e consideração.

Atalvio Vacari

Presidente AFADefi

Lido no Expediente

Sessão de 17/02/09

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA N.º 344, de 17/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução n.º 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei n.º 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **LUIZA MELLILO ZANIBONI**, matrícula n.º 5897, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Decio Goes).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA N.º 345, de 17/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução n.º 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei n.º 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **ROBSON BARBOZA**, matrícula n.º 4511, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Decio Goes).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA N.º 346, de 17/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução n.º 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei n.º 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n.ºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ROBSON BARBOZA**, matrícula n.º 4511 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Decio Goes).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA N.º 347, de 17/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução n.º 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei n.º 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n.ºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ANDREA LUCIANE DOS SANTOS CASAGRANDE**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Decio Goes).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA N.º 348, de 17/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n.º 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**RETIFICAR** nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **MONIQUE CABRAL**, matrícula n.º 5789, nomeado pela Portaria n.º 226, de 10/02/09, fazendo constar como sendo **MONIQUE DE SOUZA DA SILVA**.

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA N.º 349, de 17/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n.º 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**RETIFICAR** nos assentamentos funcionais, o nome do servidor **SERGIO BIASI SILVESTRE**, matrícula n.º 3173, nomeado pela Portaria n.º 257, de 10/02/2009, fazendo constar como sendo **SERGIO BIASI SILVESTRI**.

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*



**PORTARIA Nº 350, de 17/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **JACQUELINE DE O. V. BITTENCOURT**, matrícula nº 1591, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Supervisão, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARGARETH BALSINI GENOVEZ, que se encontra em fruição de licença-prêmio no período compreendido entre 02 de fevereiro e 02 de abril de 2009 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 351, de 17/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **ANA RITA MORICONI DE SOUZA**, matrícula nº 4345, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assistência de Apoio Técnico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, DULCE MARIA DA COSTA, que se encontra em fruição de licença-prêmio no período compreendido entre 02 de fevereiro e 02 de abril de 2009 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 352, de 17/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **ALMERINDA LEMOS THOMÉ**, matrícula nº 4968, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Revisão, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, SIOMARA GONÇALVES VIDEIRA, que se encontra em fruição de licença-prêmio no período compreendido entre 02 de fevereiro e 02 de abril de 2009 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 353, de 17/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **SABRINA ROBERTA SCHMITZ**, matrícula nº 4341, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assistência Técnica de Controle de Atividades, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARIA DE FÁTIMA DA ROCHA, que se encontra em fruição de licença-prêmio no período compreendido entre 02 de fevereiro e 02 de abril de 2009 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 354, de 17/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **CARLA GRECO GRANATO**, matrícula nº 4349, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Redação Final, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, DULCINEIA MARIA GOULART, que se encontra em fruição de licença-prêmio no período compreendido entre 02 de fevereiro e 02 de abril de 2009 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 355, de 17/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 006/09.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2543	Juçara Helena Rebelato	
0947	Valter Euclides Damasco	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 356, de 17/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0730	Cleia Maria Braganholo	30	09/02/09	0200/09

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 357, de 17/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde do servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1848	Ivan Althoff de Medeiros	60	02/02/09	0199/09

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI Nº 009/09****TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete da Presidência  
Ofício n. 156/2009 - GP

Ref.: *Envio de Projeto de Lei*

Florianópolis, 10 de fevereiro de 2009

Excelentíssimo Senhor

Deputado JÚLIO CESAR GARCIA :

DO. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, Projeto de Lei que "*Dispõe sobre a cessão de uso do imóvel que especifica e dá outras providências*", referente ao antigo Fórum da Comarca de Pinalzinho e aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte na sessão do dia 14 de janeiro.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho  
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 17/02/09

PROJETO DE LEI PL./0009.0/2009

Dispõe sobre a cessão de uso do imóvel que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 10 - Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a ceder o uso, a título gratuito, do imóvel do Estado de Santa Catarina, matriculado sob nº 6.508, do Livro nº 2, fl. 01, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Pinalzinho, para o Município de Pinalzinho (terreo e o 1º andar) e para o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (andar subsolo).

Parágrafo Único - O imóvel do Estado referido neste artigo se constitui de parte dos lotes urbanos nº 202 e 203, da quadra nº 19, com a área de 600m2 cada um, perfazendo a área total de um mil e duzentos metros quadrados (1.200 m2), situado à Avenida Porto Alegre, esquina com a Rua São Luiz, nesta cidade e comarca de Pinhalzinho, confrontando em conjunto: ao NORTE, com a Avenida Porto Alegre; ao SUL, com parte dos mesmos lotes urbanos nº 202 e 203, de Sandra Regina Zortêa; ambas as confrontações na extensão de quarenta (40) metros; ao LESTE, com a Rua São Luiz; ao LESTE com parte do lote rural n. 201, de Neusa Tonatto, ambas as confrontações na extensão de trinta (30) metros; incluindo a edificação em alvenaria com três pavimentos, com área total construída de 630 m2, coberto com telhas de fibro-cimento; n. predial 715, devidamente averbada junto à matrícula do imóvel- AV. 3/6.508.

Art. 2º - As cessões de uso referidas no artigo 1º serão outorgadas por prazo indeterminado, podendo ser revogadas a qualquer tempo por qualquer das partes.

Art. 3º - O uso do imóvel será cedido por meio de Termos de Cessão de Uso, no qual deverão constar os direitos, obrigações e penalidades das partes.

Art. 4º - Os cessionários terão direito de uso do imóvel descrito no artigo 1º para a finalidade exclusiva de instalação de serviços municipais e da Justiça Eleitoral, vedada qualquer tipo de cessão, aluguel ou transferência, total ou parcial, de uso ou posse do imóvel.

Art. 5º - O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Florianópolis,

Luiz Henrique da Silveira  
GOVERNADOR DO ESTADO  
Justificativa

O projeto de lei versa sobre a cessão de uso do imóvel no qual funcionava o Fórum da Comarca de Pinhalzinho para a ocupação pela 66ª Zona Eleitoral e para serviços municipais como Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Conselho Antidrogas, dentre outros. Tem-se que a medida é de extrema importância aos interesses do Poder Judiciário no Município, pois se, de um lado, assegura à Justiça Eleitoral uma ótima estrutura para exercer suas atividades, garante ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina a boa conservação de seu imóvel, que ficará sob a responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral, na parte que lhe compete, e do Município de Pinhalzinho.

Ao mesmo tempo, a sua localização não perderá a referência dentro a população, que continuará dirigindo-se ao local para utilizar-se dos serviços municipais tal como daqueles prestados pela Justiça Eleitoral, persistindo como uma grande referência local.

Por outro lado, além de o imóvel manter a sua boa conservação e referencial, o Poder Judiciário permanece com o seu patrimônio, enquanto acompanha o constante e considerável crescimento da Comarca de Pinhalzinho, que certamente traz reflexos na atividade forense. Assim, projeta-se que as dependências atuais, que no momento atendem a necessidade do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, poderá ser complementada futuramente.

Destarte, prevê-se que a cessão de uso do imóvel terá grande valia ao patrimônio do Poder Judiciário. Nada obstante, como prevê seu artigo 2º, há também a possibilidade de rescisão a qualquer tempo, com a necessária notificação e prazo pertinente para as adequações que se mostrarem cabíveis.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 010/09

Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos semi-automáticos externos, as Unidades de Corpo de Bombeiros no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Ficam as Unidades de Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, obrigadas a manter aparelho desfibrilador semi-automático externo em seus veículos de auto-atendimento.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se como desfibrilador semi-automático externo o instrumento empregado para combater fibrilação cardíaca, mediante choques elétricos no coração, aplicados diretamente ou por meio de eletrodos colocados na parede torácica.

§ 2º Com a finalidade de estabelecer os parâmetros de conduta e treinamento para uso do desfibrilador semi-automático externo, bem como realização de outros procedimentos práticos auxiliares envolvidos na técnica de ressuscitação cardiopulmonar, as unidades mencionadas no *caput* deste artigo, oferecerão curso de capacitação mínima aos seus profissionais.

§ 3º A quantidade mínima de desfibrilador semi-automático externo por unidade será definida por regulamentação, levando-se em consideração o raio populacional de atuação de cada corporação.

§ 4º O treinamento de que trata o § 2º será ministrado por entidade habilitada e acompanhada por um cardiologista.

§ 5º A manutenção do desfibrilador semi-automático externo será obrigatoriamente feita semestralmente ou quando se fizer necessária.

Art. 2º Mesmo tendo recebido treinamento regular, profissionais treinados no uso do desfibrilador cardíaco só poderão fazer uso dele em casos de emergência e na ausência de médico.

Art. 3º Compete a Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Santa Catarina e As Secretarias Municipais de Saúde, a fiscalização e o cumprimento desta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário, devendo os orçamentos futuros destinar recursos específicos para seu fiel cumprimento.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor dentro de noventa dias a contar de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de fevereiro de 2009.

Manoel Mota

Deputado Estadual - PMDB

Lido no Expediente  
Sessão de 17/02/09

#### JUSTIFICAÇÃO

Apesar de ser considerado um importante problema de saúde pública, a morte súbita por parada cardíaca ainda não é vista pela população dessa maneira. Para se ter uma idéia, no mundo, a morte súbita cardíaca mata mais do que acidentes automobilísticos, armas de fogo e doenças como AIDS, câncer de próstata e de mama juntos. As paradas cardiorrespiratórias são responsáveis pela morte de mais de 50 mil pessoas por ano no Brasil. A arritmia cardíaca, conhecida como fibrilação ventricular, é responsável por 90% dessas mortes. A morte súbita é uma interrupção entre os "sistemas elétrico e mecânico" do coração que ocorre de repente, na maioria das vezes sem que a vítima tenha histórico de problemas cardíacos.

A Medicina sabe que, atualmente, a chance de se obter sucesso no atendimento de uma parada cardiorrespiratória depende do adequado atendimento a esse evento. Este atendimento inclui a tomada de medidas básicas de ressuscitação cardiopulmonar, e a rápida chegada de atendimento avançado. Contudo, observa-se que a realização do procedimento de desfibrilação (aplicação de choque no indivíduo em PCR - Parada Cardiorrespiratória) se mostra fundamental para otimizar o atendimento desses eventos. Uma taxa de sucesso de 90% no atendimento de vítimas de PCR pode ser obtida quando a desfibrilação é realizada no primeiro minuto após o início da ocorrência. As taxas de sucesso caem entre 7 e 10% a cada minuto que passa sem que uma desfibrilação seja realizada. Desta forma, vítimas de PCR que não receberem desfibrilação até doze minutos após o início do evento têm uma chance de apenas 2 a 5% de sobreviver. Portanto, justifica-se a necessidade de desfibriladores em unidades de auto-atendimento dos corpos de bombeiros, já que estas são sempre acionadas nestas ocorrências.

A presente proposição encontra amparo jurídico em vários dispositivos constitucionais:

**"Art. 24. Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

**XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.**

Ainda na Constituição da República Federativa do Brasil, combinando-se os arts. 30, I e VII, atribuem aos Estados competência para legislar sobre o assunto em questão:

**"Art. 30 Compete aos municípios:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

**VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.**

Também na Constituição:

**"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.**

A Constituição do Estado de Santa Catarina em seu Art. 154, assim prevê:

**"Art. 154. "São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder Público dispor, nos termos da Lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e também por pessoa física ou jurídica de direito privado".**

Assim, diante de todo o exposto, contamos, então, uma vez mais, com o indispensável apoio de nossos nobres pares para a aprovação desta importante propositora.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/09**

Florianópolis, 04 de fevereiro de 2009

Ofício nº 67395/PGJ

Excelentíssimo Senhor

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, no exercício das atribuições institucionais que são cometidas ao Procurador-Geral de Justiça, remeter a essa augusta Assembléia Legislativa, com a justificativa anexa, anteprojeto de lei complementar que dispõe sobre a criação de Promotorias de Justiça e de cargos na carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Na certeza do pleno acolhimento por parte dessa Casa Legislativa, renovo-lhe as melhores expressões de apreço.

**Gercino Gerson Gomes Neto**

Procurador-Geral de Justiça

*Lido no Expediente**Sessão de 17/02/09***LEI COMPLEMENTAR Nº 002/09**

Cria Promotorias de Justiça nas comarcas de Meleiro, Navegantes, Araranguá, Biguaçu, Concórdia e São Bento do Sul e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam criadas, na estrutura de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, as seguintes Promotorias de Justiça:

I - de entrância inicial:

- a) a Promotoria de Justiça da comarca de Meleiro, e
- b) a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Navegantes;

II - de entrância final:

- a) a 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Araranguá;
- b) a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Biguaçu;
- c) a 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Concórdia, e
- d) a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de São Bento do Sul.

§ 1º. Para cada Promotoria de Justiça criada na forma do *caput*, fica também criado o respectivo cargo de Promotor de Justiça, obedecendo a mesma numeração ordinal e classificando-se na mesma entrância.

§ 2º. A atual Promotoria de Justiça da comarca de Navegantes passa a denominar-se 1ª Promotoria de Justiça, assim como o respectivo cargo, que passa a denominar-se 1º Promotor de Justiça.

Art. 2º. Fica criado, na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para lotação unitária vinculada a cada qual das Promotorias de Justiça criadas na forma do artigo 1º, 6 (seis) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, com a classificação, requisitos e vedações previstas no art. 1º da Lei Complementar nº 276, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 3º. A instalação das Promotorias de Justiça criadas através desta Lei Complementar, bem como o provimento dos respectivos cargos de Promotor de Justiça e Assistente de Promotoria de Justiça, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigência na data de sua publicação.

Florianópolis,

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

Justificativa

O presente projeto de lei complementar (PLC) prevê a criação de seis novas Promotorias de Justiça, com os respectivos cargos de promotor de Justiça e de assistente de Promotoria de Justiça, contemplando as comarcas de Meleiro e Navegantes, na entrância inicial, e Araranguá, Biguaçu, Concórdia e São Bento do Sul, na entrância final.

Justifica-se o projeto em face da crescente demanda de atuação do Ministério Público em tais comarcas, tornando imperioso à instituição aparelhar-se adequadamente à satisfação das necessidades de referidas comunidades. Os dados numéricos constantes nos arquivos do *Parquet* catarinense acerca do volume de trabalho existente em referidos locais atestam essa necessidade, sendo a criação de mencionadas unidades ministeriais o único caminho viável para assegurar-se o préstimo de serviços condignos com o reclamo das respectivas populações.

Salientamos, em especial, a situação da comarca de Meleiro, com instalação marcada para o próximo dia 10/02/2009 segundo informações do Tribunal de Justiça do Estado, para o qual ainda inexistem o órgão respectivo do Ministério Público, tampouco os cargos de promotor de Justiça e de assistente de Promotoria de Justiça.

Assim, submeto o presente PLC à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa do Estado, esperando a devida atenção dos senhores parlamentares, contando com sua aprovação.  
Florianópolis, 4 de fevereiro de 2009.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2009**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ofício no 159/09-GP

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2009.

Exmo. Sr.

Deputado Estadual **Jorginho Mello**

DO. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Assunto: projeto de lei complementar que altera dispositivo da Lei Complementar no 339/06.

Com cordiais cumprimentos a Vossa Excelência, honrame encaminhar à apreciação da Augusta Assembléia Legislativa o anexo projeto de lei complementar, aprovado na sessão ordinária do Tribunal Pleno, que trata da nova denominação do Fórum Municipal-Casa da Cidadania.

Outrossim, solicito, com a devida vênua, que se confira à proposta em apreço o regime de urgência, por se tratar de matéria referente à estruturação do Poder Judiciário.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho

DESEMBARGADOR PRESIDENTE

*Lido no Expediente**Sessão de 17/02/09***PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0003.0/2009**

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 71, da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 71. Casa da Cidadania é a denominação de prédio público, supervisionado pelo Poder Judiciário, que visa a proporcionar serviços relacionados com o exercício da cidadania.

§ 1º O Tribunal de Justiça disporá sobre a instalação das Casas da Cidadania e sobre os serviços de interesse coletivo e comunitário a serem disponibilizados, com primazia daqueles direta ou indiretamente relacionados ao Poder Judiciário.

§ 2º As Casas da Cidadania serão instaladas, prioritariamente, nos municípios que não sejam sede de Comarca e nos distritos e bairros daqueles com elevado índice populacional.

§ 3º Quando o órgão for instalado nos municípios de que trata o parágrafo anterior e nele funcionar Juizado Especial ou Unidade Judiciária Fiscal, denominar-se-á Fórum Municipal-Casa da Cidadania, em cujo âmbito serão priorizadas a conciliação e as formas não adversariais de solução dos conflitos.

§ 4º Para implementação das Casas da Cidadania ou dos Fóruns Municipais-Casas da Cidadania, poderá o Tribunal de Justiça firmar termo de cooperação com os municípios."

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de fevereiro de 2009.

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

JUSTIFICATIVA

A Constituição do Estado de Santa Catarina, no art. 21, do ATDC, determinou a instalação de comarcas em todos os municípios com quinze mil ou mais habitantes. Nesse norte, a Lei Complementar Estadual no 339, de 08 de março de 2006, transformou cada municipalidade que não fosse sede de comarca em comarca não-instalada (art. 3º, § 1º, IX), de modo a projetar a presença do Judiciário no menor dos entes federados.

De outro vértice, as Casas da Cidadania indubitavelmente se constituíram em significativo marco na descentralização do Judiciário em Santa Catarina; porquanto objetivaram disponibilizar serviços mínimos nos municípios, em especial naqueles que não fossem ainda comarcas.

No atual estágio, entretanto, urge aprofundar essa experiência, otimizando os recursos materiais, orçamentários e humanos para aperfeiçoar ainda mais a prestação jurisdicional nas localidades distantes do Estado.

Em outras palavras, pretende-se encetar um forte movimento no sentido da municipalização das atividades jurisdicionais, como forma de atacar o problema do amplo acesso à Justiça e do acúmulo correlato de processos.

A solução passa por duas vertentes: expansão dos Juizados Especiais e criação das Unidades Judiciárias Fiscais; ambas encontrando guarida no privilegiado espaço das Casas da Cidadania.

Com efeito, as interessantes conclusões do Banco Mundial, no Relatório no 32789-BR, "Brasil - Fazendo com que a Justiça Conte", com ampla pesquisa nacional apresentada perante o Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2007, indicam a necessidade de rever a situação dos Juizados Especiais estaduais:

"Os [juizados] dos Estados têm uma história diferente. Estão recebendo processos que, como já discutimos, no momento não possuem nenhum outro fórum. Entretanto, ao menos nos estados maiores, os juizados estaduais enfrentam os seus próprios problemas de congestionamento, de demora e de insuficiência de recursos. Ou os orçamentos judiciais terão que ser incrementados, ou redirecionados para cobrir a suas necessidades, ou terá que ser encontrada alguma forma alternativas de solucionar a sua carga de processos. [...]. Alternativamente, poderiam ser mais usados os serviços de conciliação, ficando reservado o tratamento judicial apenas para determinados tipos de casos."

No mesmo relatório, aponta-se para a melhoria do processo de execução de sentenças, especialmente nos casos de execução fiscal:

"Como já foi observado, a crise se alimenta de si mesma. Menos processos ganhos significam mais incentivos para não pagar e, conseqüentemente, mais ações ajuizadas. Além disso, estimula-se um segundo nível de demanda quando órgãos fiscais abusam de seus poderes com a finalidade de aumentar a receita, o que por sua vez dá origem a uma série de impugnações constitucionais, que também entopem os tribunais até o topo. Aqui, a demanda somente pode ser reduzida através de um melhor entendimento dos problemas e das ações para atacá-los na origem."

A agregação de serviços jurisdicionais nessas vertentes à Casa da Cidadania transmuta seu caráter, devendo ocorrer uma mudança correspondente no seu nome.

O vocábulo "fórum" encerra amplo sentido histórico no mundo jurídico. Explicita a Enciclopédia Saraiva de Direito, edição de 1983, no verbete específico (fls. 254):

"A civilização romana procurou utilizar um lugar apropriado para a realização dos atos processuais. Esse lugar foi chamado *forum*.

Na sua origem primitiva o nome *farum* designava todo local descoberto, pois nos campos e nas encruzilhadas das vias e estradas se encontravam os *fora*, servindo de campo para a feira, de mercado, por conseqüência. Os mercados citadinos tomaram o mesmo nome. Assim, o *farum* foi inicialmente um centro condicionado em local aberto para o mercado e para as feiras, para as transações mercantis.

Como servia de ponto de concentração e de aglomerado de gente, nos campos e nas cidades, então naturalmente o *farum* tornou-se nas cidades o ponto em que o povo se reunia para discutir e deliberar os negócios coletivos, ouvir os candidatos, votar, e nele também se exercia a justiça e se praticavam os atos judiciais.

Havia um grande número de mercados em Roma, por' me o mais famoso foi chamado *Farum Ramanum*, que logo se tornou exclusivamente político e judicial, ficando situado ao pé do Capitólio, entre o Capitólio e o Palatino."

E arremata a mesma obra (fls. 253/254):

"Explicando o que seja *farum*, esclarece José Naufel em seu *Novo dicionário jurídico brasileiro* [...]: 'Todo e qualquer lugar, a portas abertas, público e oficialmente destinado a autenticar as declarações, a vontade e estipulações (foro extrajudicial), ou a ouvir e atender as petições, as postulações, as provas dos fatos alegados e decidir o direito aplicável à relação litigiosa (foro judicial)'. A palavra também designa o edifício público e que funcionam os órgãos do poder judiciário."

Portanto, Fórum Municipal passará a designar o local onde os conflitos serão dirimidos, com ênfase na conciliação e nas formas não adversariais, naqueles municípios que não são sede de Comarca.

Objetivando, desse modo, estender serviços e benefícios às populações mais desassistidas de Santa Catarina, intenta-se a alteração no âmbito legal.

Destarte, cabe à Augusta Assembléia Legislativa discutir, aprimorar e aprofundar a municipalização dos serviços judiciários em nosso Estado.

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2009.

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE RESOLUÇÃO

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/09

Altera os Anexos III-A e IX-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006.

Art. 1º Os Anexos III-A e IX-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO III - A

GRUPO DE ATIVIDADES DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA			
CHEFIAS	CÓDIGO	NÍVEL	QUANTIDADE
	PL/FC	3	15
<b>Chefia da Secretaria de Comissão Permanente</b>			

(NR)

ANEXO IX - C

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR ASSESSOR DE COMISSÃO PERMANENTE				
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEL	NÚMERO DE COMISSÕES	NÚMERO DE CARGO POR COMISSÃO
ASSESSOR DE COMISSÃO PERMANENTE	PL/GAC	59	15	1

(NR)

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado JORGINHO MELLO  
Presidente  
JUSTIFICATIVA

Em cumprimento ao art. 375 do Regimento Interno, a presente proposição objetiva adequar os serviços administrativos do Poder Legislativo para o fiel cumprimento das disposições regimentais, submetendo à elevada consideração de Vossas Excelências matéria tendente a dar nova redação aos Anexos III-A e IX-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006.

A medida dotará a Comissão de Pesca e Aquicultura, instituída pela Resolução nº 005, de 16 dezembro de 2008 - Regimento Interno, da estrutura administrativa equivalente à das demais Comissões Permanentes, por meio da criação do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, e da função de confiança de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, ambos do Quadro Pessoal desta Casa Legislativa.

Assim sendo, a Mesa solicita aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Resolução.

\*\*\* X X X \*\*\*

## REDAÇÃO FINAL

### REDAÇÃO FINAL DA RESOLUÇÃO N. 002, DE 2009

Altera os Anexos III-A e IX-C da Resolução nº 002, de 2006.

Art. 1º Os Anexos III-A e IX-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO III - A

GRUPO DE ATIVIDADES DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA			
CHEFIAS	CÓDIGO	NÍVEL	QUANTIDADE
	PL/FC	3	15
<b>Chefia da Secretaria de Comissão Permanente</b>			

(NR)

ANEXO IX - C

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR ASSESSOR DE COMISSÃO PERMANENTE				
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEL	NÚMERO DE COMISSÕES	NÚMERO DE CARGO POR COMISSÃO
ASSESSOR DE COMISSÃO PERMANENTE	PL/GAC	59	15	1

(NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, Florianópolis, 17 de fevereiro de 2009  
Deputado Dagomar Carneiro  
2º Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*